O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Havendo número regimental, declaro aberta a presente reunião da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Roteiro da reunião nº 13, de 2007. Primeira reunião conjunta de audiência pública de 2007.

Declaro iniciada a 1ª reunião conjunta de audiência pública de 2007, com a participação das seguintes Comissões:

Câmara dos Deputados: Comissão de Finanças e Tributação, Comissão de Desenvolvimento Econômica, Indústria e Comércio e Comissão de Fiscalização Financeira e Controle;

Senado Federal: Comissão de Assuntos Econômicos, Comissão do Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle;

Congresso Nacional: Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Nosso convidado é o Dr. Henrique Meirelles, Presidente do Banco Central do Brasil, que discorrerá sobre o relatório de avaliação do cumprimento dos objetivos e metas das políticas monetária, creditícia e cambial, evidenciando o impacto e o custo fiscal de suas operações e os resultados demonstrados no balanço referente ao primeiro semestre de 2006, em atendimento ao estabelecido no § 5º do art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e Lei de Responsabilidade Fiscal.

Convido o Dr. Henrique Meirelles para compor a Mesa.

Anuncio também a presença do Diretor de Política Monetária, Dr. Mário Mesquita; do Diretor de Administração, Dr. Antonio Gustavo Matos do Vale; e do Diretor de Normas e Organização do Sistema Financeiro, Dr. Alexandre Antonio Tombini.

Convido os Srs. Presidentes das Comissões para comporem a Mesa dos trabalhos. Da Câmara dos Deputados, os Presidentes das Comissões de Finança e Tributação, de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio, e de Fiscalização Financeira e Controle; do Senado Federal, os Presidentes das Comissões de Assuntos Econômicos e Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle; do Congresso Nacional, o Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

De acordo com o estabelecido no § 2º do art. 256 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, o palestrante disporá de 20 minutos para fazer sua exposição, não podendo ser aparteado.

Conforme estipulado no § 5º do art. 256 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, os Srs. Parlamentares inscritos para interpelar o expositor poderão fazê-lo estritamente sobre o assunto da exposição, pelo prazo de 3 minutos, tendo o interpelado igual tempo para responder, facultadas a réplica e a tréplica pelo mesmo prazo.

Informo que, por se tratar de reunião de audiência pública, o livro de presença encontra-se sobre a mesa, à minha esquerda. Solicito aos Srs. Parlamentares que não deixem de registrar a presença.

A lista de inscrições para o debate está aberta. Os Srs. Parlamentares poderão se inscrever na secretaria.

Com a palavra o Sr. Presidente do Banco Central, Dr. Henrique Meirelles.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES - Muito obrigado, Sr. Presidente. Como das outras vezes, é sempre uma honra e uma satisfação estar presente nesta Casa para uma ação que é talvez a mais importante para o Banco Central, a prestação de contas ao Congresso Nacional das suas atividades, não só em relação aos resultados específicos da atividade financeiro e a transferência dos resultados ao Tesouro Nacional como também sobre o cumprimento da missão básica do Banco Central, seja na área de inflação, seja na área cambial, seja na área de crédito. Enfim, é um resumo geral das atividades do Banco Central e dos efeitos na economia nacional.

(Segue-se exibição de imagens.)

Vamos sumarizar, começando com o resultado contábil do Banco Central e depois falando sobre os objetivos da política monetária, creditícia e cambial e possíveis efeitos fiscais da política monetária e a evolução recente da atividade econômica.

Passando imediatamente ao resultado consolidado do Banco Central, vamos observar que o Banco Central teve resultado positivo, de juros, de cerca de 1 bilhão e 926 milhões de reais, resultado das operações ativas do banco.

Correção cambial, negativo: 1 bilhão e 873 milhões de reais.

Da mesma maneira, as operações com *Swaps*, resultado direto da apreciação do câmbio e do fato de que hoje as reservas internacionais do País são parte do balanço do Banco Central, e com a valorização do real isso tem um impacto negativo.

O valor justo a resultado positivo: 1 bilhão, 659 milhões de reais, como resultado da melhora do risco País, da melhora das condições macroeconômicas e da valorização dos papéis em carteira do Banco Central do Brasil.

Outras despesas, principalmente operacionais, administrativas, cerca de 569 milhões de reais.

Resultado líquido de todos esses itens, resultado negativo: 643 milhões de reais. No entanto, tem uma informação suplementar, de acordo com autorização fornecida pela empresa, de autoria do Banco Central, que mostra claramente que o Banco Central gerou resultado positivo no Tesouro Nacional, na medida em que o Tesouro Nacional tendo uma dívida externa denominada em dólares, essa dívida externa desvaloriza-se. Isso tem resultado positivo no Tesouro Nacional. O fato de que o Banco Central carrega as reservas, gera resultado positivo em geral para o País, na medida em que diminui o Risco País. E o Tesouro Nacional tem resultados positivos sobre isso de diversas maneiras. É muito difícil medir isso de forma precisa. Concluímos com a auditoria que a melhor forma de medir isso seria retirar do balanço do Banco Central, na sua apresentação de resultado, a avaliação cambial e o *Swaps*. Isso geraria resultado líquido de correção cambial de *Swaps* de cerca de 3 bilhões de reais positivos.

Se olharmos agora o comparativo dos últimos semestres, vamos ver que o resultado tem variado muito em função da questão cambial. Gostaria de observar apenas que a prestação de contas diz respeito ao segundo semestre de 2006.

Em relação ao resultado de juros, portanto, aqui um detalhamento do resultado em moedas estrangeiras, um resultado positivo de 3 bilhões e 700 milhões de reais; em moeda nacional, 1 bilhão, 785 milhões de reais, negativos — resultado líquido positivo, portanto, pouco abaixo de 2 milhões de reais.

Uma explicação sobre o resultado líquido para o Tesouro, o benefício para o Tesouro da valorização cambial. Especificamente vou sumarizar, Aqui tem um demonstrativo para os Senadores e Deputados que queiram olhar isso com maior cuidado. Mas basicamente o resultado líquido é que o Tesouro teve um benefício direto do segundo semestre de 2006, de 1,7 bilhão de reais como resultado da apreciação do real e da diminuição e valor do real em reais da dívida pública externa denominada em dólares.

O valor justo a resultado é basicamente resultado da melhora do Risco País, que faz com que o valor dos títulos carregados no balanço do Banco Central aumentem. Em função disso, o Banco Central teve um ganho de 1 bilhão, 659 milhões de reais.

Portanto, esse é o sumario dos resultado do Banco Central no semestre, resultado líquido negativo de 600 milhões de reais. Tirou-se esses resultados da variação cambial, na medida em que o carregamento das reservas gera resultados positivos para o País e o Tesouro Nacional. Procurando refletir isso, tirou-se esse resultado. Portanto, o Banco Central com isso mostra um resultado líquido de 3 bilhões de reais positivos.

Outras receitas e despesas. Despesa de pessoal, fabricação de cédulas e moedas, repasse do Tesouro Nacional, em razão das contas entre o Banco Central e o Tesouro. Temos perdas com título de moeda local, ações judiciais, resultado positivo. Portanto, resultado líquido de 569 milhões de reais.

Em resumo, esse é o quadro dos resultados do Banco Central.

Em termos dos objetivos do Banco Central, basicamente basta ler o que está na Lei de Diretrizes Orçamentárias, do conhecimento dos Srs. Deputados. Não vou voltar a ler.

Objetivos do Banco Central: política monetária, creditícia e política cambial.

Política monetária. O objetivo fundamental do Banco Central na política monetária é o cumprimento da meta de inflação. Foi estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional em 4,5%, com tolerância mais ou menos de 2%. A definição básica do Conselho Monetário Nacional é que uma inflação na meta, estável e controlada é condição fundamental para o crescimento.

Esse é o pressuposto da definição de metas de inflação não apenas no Brasil, mas na grande maioria dos países, hoje, que adotam regimes de estabilidade econômica, que é basicamente quase a totalidade.

Temos aqui a evolução da inflação no País desde 2002. Portanto, vemos uma cadente trajetória de inflação, quando fica claro que o Banco Central tem cumprido sistematicamente as metas definidas pelo Conselho Monetário Nacional e sua básica missão.

Um dado da maior importância que precisa ser levado em conta é que se observamos a inflação e o seu impacto nas diversas classes de renda, há o seguinte detalhe: o INPC, índice que mede com melhor acuracidade o poder de compra das classes de renda mais baixa, em 2006, teve uma evolução ainda melhor do que o Índice de Preços ao Consumidor Ampliado — IPCA. Portanto, vamos ver que o INPC teve um índice de variação no período de 2,81%, o que mostra que nas regiões metropolitanas, com renda de 1 a 8 salários mínimos, o ganho do poder de compra, como resultado da inflação baixa, foi ainda mais pronunciado.

Se observarmos melhor esse ponto, vamos ver que a alimentação, por exemplo, no IPCA tem um peso de 20,5%, no INPC de 27, o que mostra, novamente, que o INPC reflete melhor a inflação para as classes de renda mais baixa. Trata-se de um claro demonstrativo, se olharmos, por exemplo, a inflação do ano de 2006, em azul, que mostra como os analistas financeiros, econômicos previam uma inflação um pouco mais alta e que com o passar do ano de 2006 foram baixando suas estimativas, bem como para 2007/2008. Isso mostra, novamente, o sucesso da política monetária.

O outro quadro demonstrativo — aqueles que têm maior interesse podem observar detalhadamente —, basicamente mostra que pela primeira vez na história recente do País temos não apenas a inflação na meta no ano/referência, mas na meta, segundo as expectativas dos analistas para os 2 anos seguintes. E no regime de metas de inflação é muito importante a expectativa de inflação. Ou seja, todos os agentes econômicos esperam que a inflação esteja na meta. Isso permite que o custo de controlar a inflação baixa signifique em termos práticos uma queda da taxa de juros real na economia ao longo do tempo.

Portanto, isso mostra a evolução das expectativas para o IPCA nos 12 meses seguintes. Apresenta, de novo, essa trajetória cadente e o sucesso da política monetária aplicada no País.

Se olharmos aqui, em azul, veremos a inflação medida no Brasil; a faixa cinza mostra a evolução do intervalo de metas. Vemos, claramente, como a inflação convergiu para o intervalo de metas durante o ano de 2003, mantendo-se, a partir daí, com uma pequena exceção temporária, no ano de 2005, quando a inflação superou o intervalo superior. Temos a inflação voltando a convergir. E, em vermelho, as previsões do mercado para a inflação nos próximos 2 anos — de novo, rigorosamente, dentro das metas estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional.

Vou passar, rapidamente, por esses gráficos, apenas para demonstrar um fato da maior importância. É que, muitas vezes, se discute porque a inflação pode estar um pouco abaixo do centro da meta, ou um pouco acima do centro da meta. Eu faço uma analogia aqui, dizendo que, se compararmos, por exemplo, a inflação com a medida feita por um eletrocardiograma, veremos que o eletrocardiograma oscila. Quando o eletrocardiograma mostra uma linha reta, significa que o paciente já morreu ou, pelo

menos, o coração parou naquele momento. Quer dizer, que o organismo vivo basicamente tem uma certa volatilidade. E a inflação é comparada à inflação de um organismo vivo, que é a economia do País. Assim, ela oscila. A inflação que tem um comportamento ideal dentro do regime de metas é aquela que orbita em torno do centro da meta, abaixo e acima. E é, exatamente, o que está acontecendo agora no Brasil. Não existe essa discussão: *"Ah, está um pouco acima da meta, errou. Está um pouco abaixo da meta, errou"*. Não. Ela deve estar no intervalo de tolerância, na zona cinza, como está projetado, acima e abaixo do centro da meta. Em alguns momentos, acima; e em alguns momentos, abaixo, dependendo dos choques positivos ou negativos a que tenha sido sujeita a economia.

Se olharmos diversos países — por exemplo, a Nova Zelândia, em vermelho, intervalo de metas — veremos exatamente a demonstração do que eu estou falando. Nova Zelândia, Reino Unido, e a maior parte do tempo, inclusive, o Reino Unido com a inflação abaixo do centro da meta. Em alguns momentos, acima, o Chile, de novo, oscilando abaixo e acima — inclusive, abaixo e acima do próprio intervalo de metas. E, no caso do Chile, é interessante notar que foi até abaixo de zero, em alguns momentos.

Portanto, mostra que a política monetária no Brasil está atingindo seus objetivos, de acordo com o estabelecido pelo Conselho Monetário Nacional.

Com relação à política de créditos, o objetivo do Banco Central é ampliar a oferta e o acesso da população ao crédito. Não há metas formais e o fato é que o crédito está crescendo de forma importante. Aqui ele é medido em comparação ao Produto Interno Bruto. Veremos que o crédito total — linha vermelha — está crescendo de forma sustentada como percentagem do Produto Interno Bruto. E o crédito livre, não direcionado — linha azul, coluna da direita — com percentagem do produto também crescendo de forma sustentável. Portanto, um dado importante da economia brasileira.

A evolução de crédito livre direcionado, pessoas jurídicas, pessoas físicas, mostra que o crédito que mais cresce é o crédito para pessoas físicas. Os *spreads* bancários — de novo, em azul — pessoas físicas. Como os *spreads* têm tido uma trajetória cadente, no caso das pessoas jurídicas houve uma subida, no ano de 2006, fundamentalmente, em conseqüência do aumento do crédito para empresas pequenas e médias. Mas, já voltou a cair. Esse é um dado de mercado.

Crédito em consignação. Em azul, mostra claramente que está evoluindo. É uma evolução extremamente positiva. O crédito em consignação a aposentados, em termos de volume e quantidade de contratos.

Política cambial. A meta do Banco Central é o aperfeiçoamento permanente do regime de câmbio flutuante. O Banco Central não trabalha com meta de câmbio. Por quê? Porque o Conselho Monetário Nacional fixou meta de inflação e não de câmbio. E esse é o sistema que tem funcionado melhor no mundo inteiro. Já houve momentos, inclusive, no Brasil, em que se adotaram outras metas. No Brasil, adotamos, em alguns anos, metas de câmbio; outros países também as adotaram. Isso não tem funcionado no mundo. Hoje, a maior parte dos países adota de forma explícita, como o Brasil, ou implícita, o regime de metas de inflação. E o câmbio é flutuante.

Discute-se muito sobre o valor do dólar. O dólar é uma moeda importante, não há dúvida, mas o importante é que o Brasil hoje tem uma pauta de exportações e de comércio exterior muito diversificada. É importante, portanto, compararmos o valor do real não só com o dólar, mas com as moedas dos parceiros econômicos mais importantes do País.

Se deflacionarmos cada uma das 15 moedas mais importantes no comércio exterior pela inflação do seu respectivo país ou região e deflacionarmos também a moeda brasileira, o real, observaremos que a evolução do real frente a essa cesta, a esse quadro de moedas terá um comportamento que, às vezes, difere um pouco do que se pode ter quando comparamos apenas com uma moeda específica.

Durante a década de 90, o real ficou mais valorizado do que a média histórica. Em 2002 e início de 2003, o real depreciou-se muito em função da crise cambial de 2001/2002, e voltou de novo a esse patamar.

Portanto, os senhores puderam observar claramente a evolução da cotação da moeda nacional frente a essa cesta de moedas dos parceiros comerciais mais importantes do Brasil. Está na linha vermelha; é como se situa a média histórica.

Como disse, o Banco Central não tem meta de taxa de câmbio, porque isso não é mais usado, hoje, na maioria dos países do mundo. O Brasil já usou, mas teve de abandonar pela crise cambial de 1998.

Se observamos, agora, a cotação da moeda com o risco, veremos que existe uma correlação entre a apreciação do real e a melhora da taxa de risco do País; uma correlação entre o preço das *commodities*, o preço das exportações brasileiras sobe, e uma correlação entre a apreciação da moeda do Brasil. Isso é comum em muitos países.

O fenômeno da desvalorização da dólar é global, devido ao desequilíbrio da balança comercial norte-americana. Isso está acontecendo com grande parte das moedas dos países que têm, hoje, uma situação econômica favorável.

Com relação a saldo em conta corrente, o Brasil tem um desempenho excepcional. Compete no comércio exterior e elimina as vulnerabilidades, que tínhamos no passado, basicamente, puxado pela balança comercial. Inclusive, mantém, nesse início de 2007, um saldo comercial acima de 45, 46 bilhões de dólares.

Tudo isso é um processo impulsionado pelas exportações. Há também o crescimento importante das importações. Mas o fato concreto é que as exportações brasileiras continuam mostrando um dinamismo muito forte.

É muito interessante mencionar as quantidades exportadas, porque, muitas vezes, se tem a impressão, pelo noticiário, de que o Brasil só está aumentando a exportação de matéria-prima, *commodities* etc. Não é fato. Cinqüenta e cinco por cento do total das exportações brasileiras são hoje de manufaturados. Se observarmos a evolução das quantidades, não de preço, veremos claramente que as exportações totais em manufaturados estão aumentando, e novamente como resultado do aumento da competitividade do Brasil, devido à estabilização econômica que permite que as famílias se planejem e invistam, sendo mais competitivas.

Se olharmos agora a participação das exportações brasileiras nas exportações mundiais, veremos que o Brasil, durante um bom tempo, perdeu uma fatia do mercado. Significa que as exportações brasileiras estão crescendo mais do que a média mundial.

Há muita preocupação com a questão dos fluxos. Até que ponto está havendo um fluxo muito grande de capital especulativo, até que ponto está se repetindo, ou não, aquilo que já aconteceu no passado, na história do Brasil?

Gostaria de apresentar a V.Exas. alguns dados importantes que mostram, em 2005, 2006 e, depois, no início de 2007, a comparação entre diversos números. Veremos claramente que as barras amarelas são o fluxo comercial, isto é, basicamente, o superávit comercial mais outros componentes do fluxo comercial. Veremos que o grande influxo de moedas estrangeiras no Brasil está vindo das transações comerciais. É muito importante que deixemos isso bem claro. Poderemos elaborar, de novo, atendendo a perguntas de V. Exas.

Se olharmos agora a dívida externa brasileira, principalmente a líquida, que é aquela descontadas as reservas internacionais, veremos que ela tem uma trajetória cadente, saindo de um patamar de 165 bilhões de dólares para 55 bilhões de dólares, no dado final do primeiro trimestre.

Gostaria de mencionar que, no caso da esquerda, a operação de uma companhia específica foi responsável por esse aumento da dívida externa bruta total. A dívida externa líquida de reservas foi resultado da grande operação de uma empresa brasileira que gerou um aumento da dívida nominal bruta. Evidentemente, a dívida total líquida continuou caindo pelo aumento das reservas.

O Banco Central tem aproveitado o momento favorável para fortalecer as reservas cambiais. Essa é uma política anunciada em janeiro de 2004 e, em 2006, o Banco Central adquiriu, no mercado, 34.3 bilhões de dólares, totalizando, portanto, compra de 55.8 bilhões de dólares desde o início de 2005. A finalidade principal do Banco Central é o fortalecimento das reservas do País e, consequentemente, melhora do Risco País e

diminuição das taxas de custo pagas pelo Governo e pelas empresas brasileiras e conseqüente diminuição do custo de financiamento do País.

Se olharmos a aquisição da reserva do mercado de câmbio desde o ano 2000, pelo Banco Central, veremos a evolução destas aquisições. Aquisição das reservas no mercado de câmbio, fluxos acumulados desde janeiro de 2004. vemos um total acumulado de cerca de 83 bilhões de dólares. Em conseqüência, esta é a evolução das reservas internacionais do País, atingindo, em abril de 2003, a reserva líquida de 15.9 bilhões de dólares, e, no dia 2 de maio, alcançando 122.4 bilhões de dólares, numa trajetória crescente.

Esta tem sido uma das razões fundamentais da melhora do Risco País recente e, portanto, da queda no custo de financiamento do Tesouro Nacional e das empresas brasileiras em geral, para a captação externa e doméstica.

É importante mostrar que os indicadores de solvência externa têm mostrado melhora significativa. Por exemplo: dívida externa líquida sobre exportações: chegou a 3.1, o que significava que o Brasil precisava de 3 anos de exportação para pagar a dívida. Hoje, 0,4, o que representa cerca de 5 meses de exportação. A dívida externa líquida sobre o produto também chegou a quase 33% e, hoje, é 5%.

Pagamento de juros sobre exportação. Nós chegamos a usar quase 30% das exportações para pagar juros, e hoje cerca de 10% caíram. O Risco Brasil, em conseqüência, a trajetória cadente, estará atingindo, no dia 21 de maio, 143 pontos.

Diferença entre o Risco Brasil e outros países emergentes. Vamos ver, por exemplo, que, no início de 2003, o Brasil tinha um risco que era mais cerca de 900 pontos acima da média dos outros emergentes. Hoje o Brasil está com um risco menor do que a média de outros países emergentes.

Relação dívida cambial e dívida total prefixada. Um dos problemas que enfrentamos no início foi que cerca de 40% da dívida interna — não falamos nem da externa, estamos falando da interna — era indexada ao dólar. Por quê? Porque os agentes econômicos não tinham total confiança na moeda brasileira e o Tesouro tinha que emitir, mesmo internamente, indexado a uma moeda externa. Hoje, esse número é negativo. Não há mais dívida doméstica indexada ao dólar em termos líquidos.

Por outro lado, a dívida prefixada, que é a dívida usada pela quase maioria dos países do mundo, é uma dívida que está crescendo como percentual da dívida total. Hoje já está em 36% do total. E a tendência será cada vez mais termos apenas dívidas prefixadas. Em resumo, o Governo não tem mais de indexar os seus títulos ou moeda externa, ou mesmo a taxa de juros interna.

Em relação aos efeitos fiscais da política monetária, há várias maneiras de discutir esse assunto. A maneira mais intuitiva seria aquela de dizer que o Banco Central está baixando os juros desde setembro de 2005, que isso deu um impacto na dívida porque a taxa de juros está caindo e, portanto, a dívida brasileira custa menos. É uma maneira de ver. Nós gostamos de ver o consolidado, porque há vários fatores que intervêm nisso. Por exemplo, se o Tesouro aumenta os prazos da dívida e eventualmente paga um pouco mais caro para ter um prazo maior, para dar mais segurança, isso tem um impacto. Se o tipo de indexação da dívida é fixado em valores de diversos prêmios de risco etc., há uma série de outros impactos. Portanto, o mais importante é ver o resultado líquido final, a trajetória da dívida líquida do setor público em relação ao produto. E nós vamos ver que a dívida líquida do setor público em relação ao produto está numa trajetória cadente, em cerca de 45% do produto.

Agora, um dado da maior importância: se olharmos a composição da dívida líquida total e aquilo que leva a aumentos ou diminuição, vamos ver, por exemplo, que os juros nominais, como percentagem do produto, estão caindo. O efeito líquido é que a carga de juros do Tesouro Nacional está numa trajetória cadente. Então, esses são os diversos componentes da evolução da dívida.

Se olharmos o déficit nominal do setor público consolidado, vamos ver de novo que ele tem uma trajetória que atingiu, em alguns momentos, perto de 8% e que agora está um pouco acima de 2% do produto.

Se olharmos agora a atividade econômica, vamos notar que, se medirmos o trimestre com o trimestre do ano anterior, ou mesmo, por exemplo, com o último trimestre de 2006, vamos ver que o consumo das famílias estava crescendo a cerca de 5%, 4,9% ao ano, o que é um dado importante do ponto de vista de medida da evolução do padrão de vida da população.

Quando olhamos a questão do crescimento, temos de observar o efeito para a população do País. Se olharmos, por exemplo, a produção industrial — esse é o quadro de crescimento da produção industrial — veremos que hoje está crescendo em cerca de 4% da margem.

Já a venda no varejo tem um crescimento mais pronunciado do que inclusive a produção industrial, que cresceu ao ano, nos últimos anos, em função do mesmo mês do ano passado, cerca de 7%. Em alguns, no último mês, chegando a crescer 11,5%, em relação ao mesmo mês do ano anterior, depois de descontada a inflação.

Portanto, o varejo está crescendo fortemente, resultado do aumento de poder de compra da população.

Por exemplo, se formos ver a massa salarial em 2007 — que é o total dos salários e desencargos pagos no País sobre março de 2006 — veremos que cresceu 8,4% acima da inflação. Portanto, um crescimento real, descontada a inflação, crescimento asiático. Acho que superior, inclusive a maior parte dos países asiáticos. Alguns países asiáticos, muitas vezes, têm uma taxa de crescimento grande do PIB, mas a massa salarial cresce menos.

Pessoal ocupado, rendimento real e massa salarial. Vamos ver o crescimento de pessoal ocupado constante. Rendimento médio crescendo. Por exemplo: março de 2007 sobre março de 2006, tivemos, portanto — na linha embaixo —, o pessoal ocupado crescendo 3,2%. Isso é número de pessoas. Rendimento médio cresceu 5. Massa salarial, 8,4%. Quer dizer, cresce o emprego, cresce o rendimento médio e cresce a massa salarial. Isso aqui é de fato o que está levando e impulsionando hoje o crescimento do País, que é o crescimento da renda, principalmente, e do crédito.

Salário real e massa salarial, portanto, está evoluindo. Em azul a massa salarial e em vermelho o salário real.

Gostaria de mencionar que houve uma queda importante do salário real, em 2002 e 2003, em função do aumento súbito da inflação. Isso diminui o poder de compra do trabalhador. No momento em que a inflação começa a cair o rendimento real começa a subir imediatamente.

Taxa de desemprego. Ela tem uma trajetória sazonal: sobe no início do ano e cai mais no segundo semestre. Mas vamos ver que a taxa de 2007, que é a taxa em marrom-escuro, à esquerda, está no nível mais baixo da série medida, segundo esta metodologia nos anos recentes.

Criação de empregos formais. Mostra, em vermelho, o gráfico de evolução. Gostaria de mencionar que essa é a criação em 12 meses. Gostaria de dizer também que no mês de abril de 2007 tivemos a maior criação de empregos ao mês da história. Criamos 300 mil empregos formais, além dos informais que também estão aumentando substancialmente.

Às vezes nota-se a preocupação: *"Muito bem, mas e o investimento? Está havendo um problema na indústria etc, não está investindo com máquinas, equipamentos etc?"* A formação bruta do capital fixo, que é uma forma interessante de medir o investimento na produção, está crescendo de forma importante — linha vermelha, linha da tendência. Se olharmos a absorção doméstica de bens de capital, média móvel de 3 meses, também há uma taxa de crescimento expressivo. Então, o crescimento está crescendo a taxas maiores do que o crescimento do produto, principalmente de máquinas e equipamentos seriados. Quer dizer, não há dúvida de que está, sim, investindo maciçamente de máquinas e equipamentos no Brasil para o aumento da produção.

Insumos da construção civil — também crescente.

Basicamente é esta, Sr. Presidente, a nossa apresentação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Terminada a exposição, vamos iniciar o debate.

Tendo em vista o teor do Ofício nº 130, de 25 de abril, do Deputado Virgílio Guimarães, Presidente da Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados, terão prioridade, no uso da palavra, os Deputados Fernando Coruja e Alfredo Kaefer.

Este expediente é em decorrência da aprovação do Requerimento nº 18/07, daquela Comissão, cujo autor é o Deputado Fernando Coruja.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Pois não. Eu *v*ou fazer o anúncio e, em seguida faculto a palavra ao nobre Parlamentar, porque, inclusive para os Deputados, autores do requerimento, é até mais interessante ouvi-los e depois interpelá-los.

Como já foi dito, o requerimento se refere a tarifas e serviços bancários e de aprovação do Requerimento nº 38/07, que assegurou ao Deputado Alfredo Kaefer o debate sobre a questão cambial.

Com a palavra o Deputado Fernando Coruja. *(Pausa.)*

Perdão, se assim preferir, darei preferência à exposição do Presidente do Banco Central, porque inclusive V.Exa. ficará mais aparelhado para suas interpelações.

Com a palavra o Dr. Henrique Meirelles.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES - Vamos então fazer, atendendo ao requerimento, uma apresentação breve sobre tarifas bancárias.

Basicamente, farei um sumário da questão de regulação e concorrência sobre a evolução das tarifas do Sistema Financeiro Nacional.

Os objetivos da regulamentação relacionadas às tarifas, em primeiro lugar, é promover a concorrência entre as instituições financeiras; em segundo lugar, incentivar a eficiência no processo de intermediação financeira.

Existe a questão, muitas vezes mencionada, do possível abuso. Vamos supor que determinada instituição financeira abuse numa determinada tarifa, ou tarifas, ou seja o que for. Existe uma decisão recente do Supremo Tribunal Federal que determina que as instituições financeiras estão sujeitas ao Código de Defesa do Consumidor e que cabe ao sistema judiciário decidir, baseado no Código de Defesa do Consumidor, sobre denúncias ou casos específicos de suspeita de abuso na tarifação.

O enfoque da regulamentação do Banco Central, portanto, é permitir a informação ao cliente bancário não só para buscar a melhor tarifa do sistema, mas também para recorrer, segundo o Código de Defesa do Consumidor, caso ele julgue que esteja havendo algum comportamento abusivo, e facilitar a mobilidade entre instituições por parte dos clientes.

Portanto, o que há já de medidas específica nesta linha? Disponibilização das tarifas praticadas no *site* do Banco Central; transparência e clareza na contratação das operações, em que o Banco Central cada vez mais demanda isso da rede; acesso a produtos e serviços financeiros, cada vez mais sendo assegurados por intermédio dos postos de serviço bancários correspondentes, etc.; e algumas medidas importantes em andamento, uma delas é a questão da portabilidade do cadastro, do salário e do crédito. Algumas medidas estão em discussão no Congresso Nacional, como, por exemplo, a questão do cadastro positivo, e outras medidas estão sendo já implementadas. Por exemplo, em relação à questão do salário, foi criada a conta-salário nas instituições, permitindo que o cliente possa dar uma ordem ao banco para que transfira o seu salário para outras instituição sem a cobrança de tarifas, etc. Em resumo, existe toda uma série de medidas. A Central de Risco do Banco Central, já em funcionamento, permite que o cadastro do cliente seja acessado por outras instituições, visando à melhoria da qualidade competitiva.

Apenas para dar uma visão rápida da regulamentação, existe a vedação de cobrança de alguns serviços básicos: cartão magnético, substituição de cartão, documentos destinados à liberação de garantias, devolução de cheques, exceto por

insuficiência de fundos, manutenção da conta de depósito poupança, exceto com saldo igual ou inferior a 20 reais e sem depósitos ou saques pelo período de 6 meses e fornecimento de extrato mensal. Não pode ser objeto de tarifa. Autoriza a cobrança pela prestação de outros serviços desde que haja obrigatoriedade de divulgação, não só na dependência da instituição, em local visível ao público, de tabelas contendo a relação do serviço oferecido e os respectivos valores, e a cobrança de nova tarifa ou aumento do valor da tarifa já existente devem ser informados ao público no mínimo de 30 dias.

Caso haja uma liquidação antecipada de operações de crédito, hoje há um arcabouço legal regulamentar permitindo a liquidação antecipada, o que era um problema anteriormente.

A Resolução nº 3.401, de 2006, estabeleceu critérios objetivos para a cobrança dessas tarifas e a liquidação antecipada das operações de crédito e de arrendamento.

A tarifa deve ser estabelecida no contrato. É fixado no valor máximo em reais, o valor deve aguardar relação direta e linear com o prazo de amortização que remanesce com a parcela não amortizada do principal. Deve conter informações necessárias e suficientes para possibilitar o cálculo — no caso, o contrato — pelo cliente do valor ao longo do prazo da operação. Em resumo, o contrato tem de prever todas essas cláusulas, a partir da data daquela legislação.

Basicamente, é esta um visão sumária da questão das tarifas. Estamos à disposição de V.Exas., inclusive o diretor responsável pela área, Alexandre Tombini, para que possamos discutir amplamente quaisquer dúvidas referentes à questão das tarifas.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Com a palavra o Deputado Fernando Coruja.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - Sr. Presidente, Sr. Ministro Henrique Meirelles, Srs. diretores do Banco Central, Sras. e Srs. Senadores, Sras. e Srs. Deputados, senhoras e senhores, nós vivemos um período de alta lucratividade dos bancos, de sofisticação do sistema bancário e de grande diminuição do volume de trabalhadores no sistema bancário.

Paradoxalmente, há uma sensação de insatisfação com o sistema bancário, tendo em vista que a modernização que veio para diminuir filas não parece ter produzido esse efeito. Há enormes filas nos bancos e vemos constantemente cenas constrangedoras por causa disso — mesmo com a grande lucratividade.

A lucratividade dos bancos tem sido produzida por vários fatores. Um deles são as tarifas bancárias. Alguns bancos chegam a ter 150% da sua folha de pagamento paga com tarifas bancárias.

A legislação prevê que o Banco Central deve limitar, sempre que necessário, as taxas de juros, descontos, comissões e qualquer outra forma de remuneração de operações e serviços bancários e financeiros, e exercer a fiscalização das instituições financeiras e aplicar as penalidades previstas.

Os bancos, que deveriam fundamentalmente fazer intermediação financeira, têm lucrado muito com as tarifas. Sr. Henrique Meirelles, parece-nos que há um exagero. V.Exa. se referiu a várias questões, tais como a portabilidade, que não teve sua eficácia atingida, e outras metas e objetivos do Banco Central, mas há claramente um exagero.

Serei objetivo em uma pergunta: não há um cartel bancário no Banco Central? Porque não é possível. É muita tarifa. É grande o percentual em relação à lucratividade dos bancos. Será que o País não poderia ter tarifas mais baixas?

Farei algumas perguntas sobre a exposição do primeiro assunto.

O Sr. Henrique Meirelles se refere à ampliação do crédito — uma das velhas discussões. Gostaria que V.Exa. me explicasse melhor o gráfico crédito total e crédito livre, pois, na coluna da esquerda, o percentual do PIB é de 22%; na da direita, cresce para 22% também.

Eu queria que V.Exa. me dissesse quais são os 3 principais problemas da economia do Brasil hoje.

Há preocupação com várias questões, inclusive em relação à evolução bastante positiva da dívida externa. Como V.Exa. entende que vai evoluir a questão da dívida interna do País?

Até quero elogiar o Presidente Meirelles, tendo em vista a política adotada desde o Governo Fernando Henrique, porque o Governo atual tem sido mais eficiente na condução dessa política. Discordamos no que se refere ao modelo de política econômica. Eu nunca vi em nenhuma apresentação do Banco Central dizerem que estavam indo mal, todos dizem que está um céu de brigadeiro.

Durante os anos que aqui estou, vejo que os gráficos estão sendo aperfeiçoados — quero até elogiar a pessoa que os faz.

Quanto à questão de desemprego, que está claramente crescendo no primeiro trimestre, colocam a evolução de muitos anos e escondido, lá embaixo, a questão de desemprego. Quando vão comparar outra coisa, colocam apenas os últimos 2 anos. Então, há uma falsa impressão, porque nunca é uma comparação de 10 anos. Uma hora é de 2 anos, outra de 1, depende.

Portanto, no que se refere ao desemprego, como o Ministro vê essa questão? O desemprego está crescendo.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Interrompo o orador para lhe informar que há 10 oradores inscritos.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - Vou encerrar, Sr. Presidente.

Como o Presidente Meirelles vê a questão do crescimento do desemprego no País?

O SR. HENRIQUE MEIRELLES - Em primeiro lugar, Deputado, com relação às tarifas, o cartel, quando existe, é considerado uma atividade ilícita, prevista em lei, e deve ser provada. As pessoas devem ser objeto de acusação específica sobre isso.

O que a autoridade monetária faz, em qualquer país, é assegurar a transparência, visando a uma apuração por parte do cliente de informações suficientes para lhe permitir buscar o melhor negócio. Isso é algo que cada vez mais está acontecendo no sistema financeiro brasileiro. O Banco Central tem adotado medidas para que a transparência e o acesso às informações sejam maiores o possível, e para que o cliente tenha a possibilidade de buscar o melhor serviço e a menor taxa. Para isso, um dos dados da maior importância é, como V.Exa. mencionou, a questão da portabilidade, principalmente a portabilidade do salário. Isto é, no momento em que uma empresa coloca a sua folha de pagamento para ser processada em uma instituição, é importante que o empregado tenha a possibilidade de pegar esse salário e mudar de banco, aquele que lhe ofereça melhores condições. Esse é um processo que está em andamento e que terá efeitos muito importantes. Ele é gradual, e, na medida em que novos convênios sejam firmados entre empresas e bancos, isso já será objeto de uma conta-salário, na qual o depósito será feito e, a partir daí, será transferido automaticamente, caso o cliente assim o deseje. Mas é um processo que se vai estender até o final do ano que vem. E a partir daí será obrigatório, mesmo para contratos antigos, independentemente de prazo. Portanto, é um processo que está em andamento. Em resumo, existe um enorme conjunto de ações que estão sendo tomadas e que já estão em andamento, visando exatamente assegurar ao cliente a melhor possibilidade de competição. Como eu mencionei, existe recente decisão do Supremo Tribunal Federal que dá ao Poder Judiciário a atribuição de análise de casos específicos de violação do Código de Defesa do Consumidor. Então, caso exista qualquer suspeita, isso hoje está claramente endereçado pelo Supremo à Justiça, no sentido de que tem de ser apurado imediatamente, novamente baseado no Código de Defesa do Consumidor.

Em relação à questão dos gráficos, vamos endereçá-los no momento, mas eu gostaria de mencionar que a situação da economia brasileira, Sr. Deputado, está melhorando muito. Todos os dados mostram isso com muita clareza. Os gráficos, além da sua excelência técnica, mostram uma realidade positiva. Portanto, seria muito difícil a essa altura ter uma visão negativa da economia brasileira. Alguém precisaria ser muito criativo, hoje em dia, para achar que a economia brasileira está piorando. Eu acho que

não se trata meramente de uma questão da excelência, que é real, dos gráficos. Mas o fato é que a economia está melhorando.

O Deputado pediu um esclarecimento sobre o crédito livre e o crédito total. Vamos mencionar o seguinte. O crédito total está em vermelho e está medido na coluna da esquerda. Na coluna da esquerda, S.Exa. verá que em janeiro de 2003 era cerca de 22% do produto. E se seguirmos a linha vermelha, que é a linha coincidente com a azul, que também cresce na mesma inclinação, vamos ver que ela atingiu, em março de 2007, cerca de 32% do produto.

O crédito total é medido na coluna da esquerda, que vai de 20 a 32. E o crédito livre, que é menor do que o total, é na coluna da direita, que varia de 12 a 22. O que é o crédito livre? É retirando-se o crédito direcionado — BNDES, crédito agrícola, etc. Tirando-se o crédito direcionado, vamos ver, aí sim, em azul, na coluna da direita, crescendo de 13 a 21%.

Outra pergunta do Deputado é sobre a questão que resulta em desemprego. Vamos mostrar aqui os gráficos para que novamente possamos olhar isso com maior precisão.

S.Exa. afirma que o desemprego está aumentando. Nós temos que entender o que significa essa afirmativa. Existe um padrão na economia brasileira, que é o padrão sazonal, em que o desemprego de fato aumenta no primeiro trimestre, todos os anos. Vamos começando em 2002, por exemplo, aqui em azul, ele aumenta cerca de 11% da força de trabalho para cerca de 13% no primeiro trimestre, vindo depois a cair. Em 2003, ele também aumenta num período prolongado, mas depois cai. Depois, 2004, em amarelo, ele aumenta e cai. Depois 2005, 2006 e 2007. O que estamos dizendo é que o crescimento sobe no primeiro trimestre, em função do comportamento das pessoas. Isto é, as pessoas tendem a buscar mais trabalho no início do ano. Muitas pessoas vão buscar trabalho, e isso aumenta o denominador da medida, aumenta o número total da população economicamente ativa. O número de empregados muitas vezes está aumentando, mas se aumenta mais o denominador, isso faz com que o desemprego aumente. Só que depois esse fenômeno se reverte e o desemprego cai. Isso é um padrão que se repete todos os anos, cai bastante no final do ano. O importante é comparar um ano com outro. E se compararmos um ano com outro, vamos ver que este ano o desemprego é o mais baixo dos anos recentes. É o mais baixo desde que essa série foi desenvolvida pelo IBGE. Há muitos anos a medida era diferente e não dá para comparar. Mas o fato concreto, portanto, é que o desemprego, comparando ano com outro ano, está caindo.

Vamos agora voltar à questão da outra pergunta do Deputado sobre a evolução da dívida interna. Vamos aqui voltar à dívida líquida do setor público.

O importante aqui, Excelência, é que analisemos a dívida pública total, e a dívida pública total como percentual do produto. O que acontece? Nós vamos ver claramente que a dívida está caindo, sistematicamente, como percentagem do produto. Isso mostra, novamente, a evolução positiva das finanças públicas, na medida em que, cada vez mais, como parcela do produto interno, a dívida pública consome menos recursos para ser financiada, esse resultado e diversos fatores. O superávit primário é um fator importante. O crescimento do País é outro fator importante. A queda de juros reais da economia é outro fator da maior importância. As quedas de juros reais pagas pelo Tesouro Nacional são reflexos da melhora das condições econômicas. As taxas reais de juros, aquelas de prazo de 1 ano ou de 2, ou 3 anos, que prevaleciam na economia brasileira desde a década de 90, por exemplo, têm caído sistematicamente e hoje estão nos patamares mais baixos da história.

Quanto a uma pergunta mais genérica do Deputado sobre os 6 principais problemas da economia brasileira, se olharmos o modelo de crescimento, hoje, em todo o mundo, vamos ver que a economia cresce mais com alguns fatores importantes que precisam ser endereçados: é o aumento do investimento, que está acontecendo no Brasil não só o investimento privado nas empresas, como também o público, principalmente na infra-estrutura, na educação, etc. Isso é objeto do Plano de Aceleração do Crescimento.

A grande meta do Governo, hoje, é o investimento público, principalmente no setor de infra-estrtutura e de educação. Em relação ao investimento privado, nós mostramos que já está crescendo.

Um outro dado da maior importância é a produtividade total dos fatores, isto é, a capacidade de a economia brasileira ser mais produtiva. Em primeiro lugar, é uma conseqüência da estabilidade econômica. Quando temos inflação alta, a produtividade da economia baixa, porque se desorganiza a economia, desorganiza os seus sistemas, o planejamento passa a ser mais difícil. Portanto, na medida em que há uma instabilidade, as empresas podem investir mais, os trabalhadores também podem se planejar, as pessoas passam a tomar crédito a prazos mais longos. Tudo isso permite maior produtividade. É um dos fatores. Investimento em educação é outro fator. Investimento em infra-estrutura é outro fator que também reflete no aumento da produtividade. Isso é um importante desafio para qualquer país, certamente para o Brasil, que o está enfrentando de forma vigorosa. E há também a chamada segurança institucional. Essas são as questões.

Existem alguns avanços importantes que estão sendo endereçados ao Brasil agora. Por exemplo, a súmula vinculante, do Supremo Tribunal Federal, que permite, à medida que seja implementada, maior previsibilidade das decisões contratuais no País — é algo dentro do chamado marco regulatório. É muito importante que se possa ter maior previsibilidade. Esses são os maiores fatores-chave para que possamos endereçar.

Os problemas históricos da economia brasileira de inflação estamos resolvendo vigorosamente, na área de balanço de pagamentos, que sempre gerava as crises periódicas e a questão fiscal. Hoje em dia se fala pouco nisso, porque são problemas em processo de resolução.

Basicamente é um sumário.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - Sr. Presidente, gostaria de fazer uma pequena análise, rapidamente.

Em relação à dívida líquida, temos uma evolução positiva do setor público. Mas não temos o gráfico da evolução em valores totais, que é o valor crescente. Talvez um dos fatores da diminuição seja essa nova correção do PIB, que o colocou para cima, em função da nova fórmula de cálculo prevista pelo IBGE.

Outra questão é que, claro que a economia do Brasil tem esse lado positivo, mas uma pergunta fica sempre: por que, se é tão positiva, na América Latina só crescemos mais do que o Haiti? Não há algo errado?

O SR. HENRIQUE MEIRELLES - A primeira observação, Deputado, é que a mudança da série do PIB pelo IBGE não mudou a trajetória desse gráfico. Ele baixou todos os números, mas a trajetória continua a mesma. Na série anterior, ao invés de 56%, em setembro de 2002, tínhamos 62%; ao invés de 45%, em março, tínhamos um pouco abaixo de 50%. Portanto, houve uma queda de todos os índices, na medida em que subiu o denominador. Mas a melhora é real na série anterior, bem como nesta.

Em relação aos números, é importante mencionar que, sim, o Brasil ainda não tem um superávit nominal. Não existem muitos países no mundo que o tenham, francamente. Se o país tem um déficit nominal, por definição, sobe nominalmente sua dívida. O importante é comparar com a evolução do produto, ou todos os países, para diminuir sua dívida, teriam de ter um saldo nominal, o que pouquíssimos têm. O único é o Chile, devido à receita do cobre da CODEL, que gera parcela importante da receita pública: subiu o preço do cobre, o Chile tem um superávit nominal. Mas isso é muito raro.

Na Europa, por exemplo, existe um tratado regulando essa situação: para ser membro da União Européia, o país deve ter um déficit nominal de até 3%. Então, mesmo na Europa, nos Estados Unidos, em todos os países de valores nominais, a dívida sobe, porque se deu déficit nominal. Mas esse é, hoje, o padrão aceitável de que é normal que suba um pouco a dívida, desde que idealmente suba menos do que o produto.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - Sobre a outra pergunta, em relação à...

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - V.Exa., agora, está fazendo a tréplica da tréplica.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - É um esclarecimento sobre se o Brasil cresce só mais que o Haiti.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES - É importante mencionar, Deputado, que, primeiro, esses números eram reflexo da série anterior do IBGE. Com a série nova, eles mudam bastante. O crescimento médio de 2004, 2005 e 2006 foi de 4,1% e não aqueles mais de 2% de que se falavam tanto. O Brasil, pela série nova, está claro, já está crescendo a taxas maiores do que se pensava.

Segundo, o crescimento previsto, por exemplo, pelo Fundo Monetário Internacional, entidade que tem previsões bastante seguras, para o Brasil é de 4,4% para este ano, que já dá um quadro muito diferente desse referenciado pelo Deputado.

Dito isso, não há dúvida de que existem diversas economias latino-americanas, principalmente as menores e muito dependentes de *commodities*, que estão tendo percentuais de crescimento muito altos, em função da evolução dos preços das *commodities.*

Digamos que o Brasil só exportasse minério de ferro, soja e álcool. Certamente o crescimento da economia nacional, se esse fosse um percentual muito grande, este ano, estaria crescendo a taxas muito mais elevadas, porque é um momento favorável para o preço das *commodities* internacionais e para os volumes.

O Brasil é uma economia muito mais complexa, que tem uma base industrial muito grande e um setor de serviços que é a maior parte da formação do produto. Em resumo, o País tem uma economia que cresce mais de acordo com os padrões das economias mais robustas do mundo. Seu padrão de crescimento, de novo, não é o que desejamos, todos queremos que cresça a taxas mais elevadas e estamos trabalhando para isso, mas é um crescimento que já está tendo um comportamento bastante diferente do que tinha no passado, já é mais que o dobro nas décadas recentes.

Também é forçoso mencionar que a taxa de crescimento, por exemplo, de 1900 até 1970, foi mais elevada, porque o Brasil passava pelo fenômeno por que passam China e Índia hoje: incorporação maciça de mão-de-obra dos setores rurais para os industrializados, com salários baixos e acumulação maciça de base de capital. Portanto, é um momento diferente da economia brasileira.

O importante, Deputado, é que a curva está na direção positiva, que o País está crescendo a taxas cada vez maiores e, mais importante, com base sólida. Não precisamos temer que vamos ter uma crise no ano que vem ou ainda neste.

Eu me lembro de que, a primeira vez que vim aqui, o que se discutia, e que foi o padrão por muito tempo, era: como é que vamos fazer para sair da crise? Como é que vamos fazer para não entrar na próxima crise? Qual é a situação em que o Brasil vai se ver? Hoje, não. Estamos discutindo como crescer mais. Isso significa uma trajetória de sucesso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Pela ordem de inscrição, com a palavra o Deputado Alfredo Kaefer.

O SR. DEPUTADO ALFREDO KAEFER - Sr. Presidente, Sr. Presidente do Banco Central, senhores diretores, considero o Banco Central uma das mais sérias e competentes instituições do País. Ainda espero ver seu Presidente sem *status* de Ministro; espero vê-lo independente, guardião da moeda, da moeda estável, tanto para cima quanto para baixo.

Considero, e muitos economistas, pessoas especializadas também, que a valorização cambial é o maior problema de curto prazo da economia brasileira. Entre outras coisas, causa desindustrialização, em especial, em áreas de maior empregabilidade, pois tem reduzido em volume as exportações e, conseqüentemente, a produção de manufaturados, gerando desemprego em vários setores.

As exportações têm se mantido superavitárias porque volumes expressivos de *commodities* e produtos manufaturados seletivos têm tido expressiva base na balança de

exportação. Há procura no mercado internacional porque há um bom momento na economia externa, e ela tem comprado essas *commodities,* grãos em especial, proporcionando essa sempre superavitária situação da balança comercial
A valorização tem criado muitos empregos, mas lá fora, porque impede a exportação de vários setores e também proporciona o aumento de importação de vários produtos que acabam tirando empregos dos brasileiros aqui.

O País adotou o câmbio livre em 1999, depois de mantê-lo engessado por longo tempo. Os estragos pós-Plano Real, com o câmbio valorizado, estancou a economia vários anos seguidos, com a nefasta política na época, de forma controlada. Hoje, a mesma prática de câmbio valorizada faz, na minha opinião, os mesmos estragos, só que, na época, controlada, e, hoje, na forma de livre mercado. Mas o estrago é o mesmo, com uma supervalorização da nossa moeda.

A maioria dos países, é verdade — como diz o Presidente —, adota o câmbio livre. Mas livre em tese, porque, na verdade, em nenhum lugar do mundo se deixa flutuar total e livremente o câmbio. Há sempre mecanismos, expedientes que os bancos centrais usam para que este "livre", na verdade, não seja tão livre. Todo o mundo usa os expedientes — o Banco Central aqui sabe — das mais diversas formas possíveis, alguns chamam até de "flutuante sujo", que são os mecanismos que os bancos usam — livre, deixa entrar, mas com mais juros ou menos compulsória, etc. —, e fazem com que, na verdade, não se tenha efetivamente um câmbio totalmente livre.

No Brasil, adotou-se, então, o dito câmbio livre, totalmente livre, deixando o ingresso de dólares fazer com que a nossa moeda, o real, sofresse a maior valorização de todas as moedas do mundo.

Pesquisei dados de alguns países e verifiquei que, em 4 anos, a nossa moeda valorizou 80%. O Chile e a Coréia tiveram 35% de valorização. Repito, nós tivemos 80% no período. É evidente que ele estava desvalorizado e, então, não é totalmente essa proporção. Mas parece-me que o Brasil tem tido a maior valorização da moeda — eu acho que até do planeta —, nos últimos 4 ou 5 anos. Isso tem trazido algumas coisas interessantes. Fiz uma conta. Um cidadão estrangeiro que aqui trouxe, há 3 anos, 1.000 dólares — poderia ser 100 mil ou 1 milhão de dólares —, no segundo semestre de 2004, num câmbio de 2,80 ou 2,70 reais, aplicou na taxa SELIC em menos de 36 meses e, com essa valorização, hoje, fazendo o câmbio de volta, em dólar a 1,94, está levando de volta 100% de rendimento em dólar. Ou seja, em menos de 36 meses, ele dobrou o seu rendimento em dólares. Eu não tenho referência de nenhum lugar do mundo que isso possa efetivamente ter acontecido. Então, estou falando do rendimento de 100% em dólar. Oportuno lembrar que o valor dos juros que o Tesouro pagou no ano passado — não tenho o número exato — , passou de 150 bilhões de reais. Não pagamos, mas emendamos na nossa conta de dívida do Tesouro. Fui informado agora, de que foram 179 bilhões de reais.

Vemos os gráficos em torno de PIB. Creio que parte da dívida pública até ajuda na compra de dólares. O Governo Itamar Franco deixou 70 bilhões de reais de dívida. O Governo Fernando Henrique Cardoso entregou com mais de 500 bilhões. E o Presidente Lula, em pouco mais de 4 anos, já saiu de 600 bilhões para 1 bilhão, 150 milhões de reais. Então, é evidente que, se isso é referencial de PIB, há um declínio, mas, nominalmente, vejam como subiu a nossa dívida. Há alguma coisa errada. Na minha visão, está muito claro que o Banco Central usa o expediente do câmbio livre com finalidade básica. E V.Sa. disse agora há pouco que o foco realmente é inflação. Com câmbio valorizado nesse nível, com o nosso produto que seria levado para fora a um preço maior transformado em real, somado a um incentivo de importações, é evidente que temos como resultado uma inflação baixa.

Tenho absoluta certeza de que, se tivéssemos tido menos ingresso de dólares, se o real estivesse mais desvalorizado, certamente o Banco Central não estaria cumprindo sua meta inflacionária. Tenho a impressão de que, assim como o Governo, em algum momento, na sua política de relações exteriores, teve por objetivo buscar um assento no

Conselho de Segurança — que acabou não se concretizando —, agora, na sua política econômica, visa ao *investment grade*.

Nosso objetivo é moldar o Brasil realmente dentro dessa linha. E aí fica a pergunta: como será depois, se não tivermos mecanismos de controle de entrada dessa moeda? Por quê? A partir desse *rating* que estamos prestes a alcançar, a enxurrada de dólares deverá ser de tal tamanho, que nós deveremos ter a cotação do dólar a 1,80, 1,70, 1,50 real e por aí afora.

Alguns indicativos dizem que tudo o que nós queremos conseguir de crescimento econômico com o PAC, toda essa engenharia que está sendo feita, nós teríamos conseguido se não tivesse havido valorização excessiva da moeda. Segundo muitos economistas, nós teríamos 1,5%, 2% a mais de crescimento ao ano se não tivesse havido essa valorização excessiva da moeda. Então há expedientes, mas não sei qual é o caminho. Certamente V.Sa. vai responder depois.

Para mim, a situação de moeda tão valorizada não vai dar certo. Vimos a Argentina, que durante mais de 10 anos insistiu com a sua moeda, na época do plano de conversibilidade, na cotação de 1 por 1. A economia argentina, assim como a de outros que insistiram numa moeda artificialmente forte, sucateou o seu setor produtivo. Certamente nós vamos cair para esse caminho se não houver nenhuma decisão nesse sentido.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Deputado, embora constrangido, porque V.Exa. está-se mostrando um homem muito seguro nas suas interpelações, muito conhecedor da matéria, nós temos 11 oradores inscritos. V.Exa. já esgotou seu tempo várias vezes.

O SR. DEPUTADO ALFREDO KAEFER - Vou concluir, Sr. Presidente.

Nós realmente temos de alertar os nossos exportadores. Os manufaturados crescem, mas é visível, há vários Deputados que encontram problemas sérios em suas bases em alguns setores, tais como coureiro-calçadista, moveleiro, têxtil, que estão sofrendo penosamente com a situação do dólar. Acabamos ficando confusos, não sabemos qual é a real informação.

Vemos o Governo dizer que vai tomar providências, mas sabemos que isso não vai acontecer. O Governo é lento, a Fazenda vai tapar buraco. Isso é o mesmo que pegarmos um cano com vários furos, em que se tapa num lugar e noutro, mas não dá certo. A valorização da nossa moeda, numa tendência de alcançarmos o *investment grade*, é motivo de enorme preocupação para um setor tão importante como o exportador, que lá atrás foi várias vezes chamado pelo Governo com o *slogan "Exportar é o que importa"*.

Lembro muito bem que há muitos anos os aviões da VARIG estavam parados no exterior porque não tínhamos moeda para transacionar. O que nos salvava eram os dólares advindos da exportação.

Realmente minha posição é efetivamente sobre política cambial. Preocupa-nos, a uma grande parte da sociedade, aos Deputados e ao setor produtivo o caminho a que leva a excessiva valorização do real e a nefasta conseqüência para nossa economia e para muitos e muitos empregos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Com a palavra o Sr. Henrique Meirelles.

Naturalmente, depois de tantos questionamentos, não posso limitar seu tempo, mas quero fazer mais um apelo. Temos 10 oradores inscritos. É evidente que, democraticamente, queremos ouvir todos. Mas o Deputado Alfredo Kaefer ultrapassou muito o limite. Se continuarmos nesse ritmo, não vamos terminar esta reunião até o final do expediente de hoje. Então direciono outra vez o apelo para que os oradores inscritos se atenham aos 3 minutos para a interpelação e 3 para a réplica.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

Só para disciplinar nossos trabalhos ou, quem sabe, melhorar o debate, poderíamos ouvir 3 Deputados seguidamente, e depois a resposta. Trata-se de metodologia já utilizada anteriormente, com o objetivo de facilitar os trabalhos.

O ideal seria mesmo pergunta e resposta. Mas, em função de tantas perguntas e da demora, se 3 ou 4 Parlamentares fizerem as perguntas e, depois, o Sr. Henrique Meirelles responder a elas em conjunto, talvez possamos adiantar um pouco mais o ritmo.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - É razoável a sugestão de V.Exa. Mesmo assim, se os oradores não se restringirem ao tempo regimental, não vamos terminar esta reunião.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ - Concordo com V.Exa. Só quero ajudar.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - De agora em diante, vou cumprir rigorosamente o que está no Regimento Interno da Comissão.

O SR. DEPUTADO ALFREDO KAEFER - Sr. Presidente, abro mão da réplica, porque tenho certeza de que na seqüência o Presidente vai acabar atendendo aos quesitos.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Com a palavra o Sr. Henrique Meirelles.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES - Obrigado. V.Exa. esteja certo de que consideramos extremamente respeitável e tratamos com a maior seriedade a situação de setores específicos da economia brasileira. Não há dúvida de que trabalhadores que possam perder emprego, empresas que possam enfrentar situação de maior competição e que tenham dificuldades são motivo de preocupação do setor público e de toda a Nação.

Dito isso, temos que ver a situação real do País, como ela é, não apenas do ponto de vista de um setor ou de outro. Temos que olhar o País como um todo e ver o bem público da Nação. Se olharmos, portanto, por esse ponto de vista e observarmos, por exemplo, uma questão mencionada por S.Exa. no que diz respeito à evolução da taxa de câmbio, evidentemente podemos fazer a comparação que quisermos e chegar a resultados os mais diferentes possíveis.

(Segue-se exibição de imagens.)

Vou mostrar, por exemplo, na projeção que observamos no momento, a evolução do real contra a cesta de moedas dos 15 países que têm relações comerciais mais importantes com o Brasil. Vamos ver que, sim, existiram períodos em que a taxa de câmbio estava muito mais valorizada do que a média histórica, que está em vermelho, e existem períodos em que a taxa de câmbio estava, de fato, muito desvalorizada.

O período que o Deputado mencionou, do câmbio controlado, foi exatamente este aqui, em que claramente a taxa de câmbio estava muito mais valorizada do que a média, quando teve uma baixa, de 1995 a 1999. Nós vemos claramente um período em que, de fato, o Banco Central controlava as taxas de câmbio. Não é o que está acontecendo no momento, temos uma taxa de câmbio flutuante.

Segundo, não há dúvida, Excelência, de que houve um momento, como V.Exa. mencionou com toda a clareza, em que o País estava enfrentando dificuldade. V.Exa. até mencionou aviões da VARIG parados no exterior por falta de dólares para pagar. Não há dúvida de que nesse momento a moeda se desvalorizou muito. Então houve esse período em ocorreu pico de desvalorização do real.

Evidentemente, se compararmos com este momento, a valorização passa a ser impressionante, mas temos que observar a economia dentro de uma evolução balanceada. Não podemos comparar apenas com aquele período que nos interessa ou com a moeda daquele período que nos interessa para demonstrar uma tese. Aqui vemos uma comparação abrangente com todas as moedas mais importantes, durante um longo período, desde 1988. V.Exas. verão que a conclusão fala por si só.

Excelência, hoje os Estados Unidos representam apenas 17% das destinações totais das exportações brasileiras. O euro, por exemplo, ou a União Européia, 22%. O

que está acontecendo, conforme já mencionei, é que o dólar está se desvalorizando frente a todas as moedas. Esse é um problema do dólar. E nós não vamos conseguir resolver aqui o problema dos Estados Unidos; precisamos nos concentrar nos nossos. Os Estados Unidos têm um problema de déficits comerciais sérios e déficits de conta corrente, portanto o dólar está se desvalorizando frente a todas as moedas. Não vamos conseguir resolver isso no Brasil. Se conseguirmos resolver os nossos problemas, já está bem. Então essa é uma questão para a qual gostaria de chamar a atenção de V.Exas.

Em segundo lugar, se olharmos um pouco mais à frente, V.Exa. mencionou o final da década passada e os efeitos no País da política de câmbio sobrevalorizado. Eu gostaria de mencionar que existe uma diferença grande em termos de resultados de conta corrente entre o final de década passada e hoje. Naquele momento que o senhor mencionou, o Brasil chegou a ter um déficit de conta corrente de 33 bilhões de dólares, que era quase 6% do Produto Interno Bruto daquela época, enquanto hoje temos saldos de conta corrente. Nós temos um saldo de balança comercial crescente, ao contrário de déficits comerciais daquele período ou déficits comerciais, por exemplo, da década de 70.

Em resumo, o Brasil tem um saldo comercial importante, mostrando que as exportações estão crescendo, como vemos na linha em amarelo. V.Exa. mencionou muito bem, mas isso é resultado apenas do crescimento dos preços dos volumes das *commodities*, porque os manufaturados, não; os manufaturados estão tendo dificuldade de exportação.

Deputado, vamos olhar de novo as quantidades exportadas. Temos aqui exportações totais em vermelho escuro e exportações de manufaturados em vermelho claro. Nós vamos ver claramente que as exportações de manufaturados estão crescendo, inclusive no passado recente. De novo, em nenhum momento subestimamos as dificuldades dos setores específicos, etc., que são objeto da maior atenção, e devem sê-lo, mas temos que olhar também a situação do País como um todo.

O Deputado perguntou o que o Banco Central faz no mercado de câmbio. Eu gostaria apenas de enfatizar que, visando a adquirir reservas para fortalecer a economia brasileira, de maneira a que diminua a vulnerabilidade, inclusive para não ter o tipo de problemas que tivemos no passado, o Banco Central está comprando volumes importantes de moeda nos mercados, comparáveis à maior parte dos países do mundo. O Deputado tem razão quando diz que nós não temos meta de câmbio. De fato, isso já houve no Brasil e em muitos países, e não deu certo. Trabalhamos realmente com meta de inflação, e é o que prevalece hoje na maioria dos países. Mas, dito isso, o Banco Central tem feito compras importantes nos mercados, não somente no mercado à vista, mas no mercado futuro. É importante mencionar que isso não funciona da maneira descrita.

Finalmente, observemos a questão do emprego. Podem dizer o seguinte: “O fato concreto é que a indústria está perdendo emprego, e o País, em função disso, está elevando a taxa de desemprego e deixando de criar empregos”. Novamente, eu mostro os números relativos à criação de empregos líquidos no Brasil no mercado formal. O Brasil está criando, em média, 1,272 milhão de empregos líquidos por ano. Deduzidos os empregos que fecham, liquidamente — repito — criamos 1,272 milhão de vagas. Gostaria de chamar a atenção para o fato de que apenas no mês de abril, em termos líquidos, foram criados mais de 300 mil empregos no País.

No País como um todo, as taxas de emprego estão crescendo vigorosamente, e, em conseqüência disso, como eu mencionei, o rendimento total dos trabalhadores brasileiros está aumentando a taxas superiores às da maioria absoluta dos países do mundo. Isto é o rendimento do trabalhador brasileiro, resultado do emprego e do aumento da renda.

Portanto, novamente, com o devido respeito e seriedade, digo que se deve olhar para os setores específicos, que podem estar encontrando dificuldade. É importante averiguar isso com a maior seriedade, mas não podemos perder de vista o fato de que o País cada vez mais segue com uma situação excepcionalmente positiva no que diz

respeito ao seu comportamento macroeconômico. E o efeito disso recai sobre o padrão de vida da população brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Concederei a palavra ao primeiro orador inscrito, Deputado Félix Mendonça, que terá 3 minutos para sua interpelação.

O interpelado vai responder cumulativamente a 5 oradores. Conseqüentemente, seu tempo será maior.

Com a palavra o Deputado Félix Mendonça.

O SR. DEPUTADO FÉLIX MENDONÇA - Sr. Presidente, Sr. Ministro, o Deputado Alfredo Kaefer fez uma exposição interessante e consistente. Mas nós sabemos que o Ministro Meirelles fez um trabalho muito bom para atender à meta de inflação estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional. Fez até demais. Quer dizer, está no nível 3,1, o que significa uma excelência que nós não gostaríamos de ter.

Explico. Na verdade, hoje temos o maior juro do mundo, o juro real de 9,4%. Esse juro real é um diferencial para todas as economias do mundo. Quer dizer que podemos tomar empréstimo a 0,5% no Japão e aplicar no Brasil aos nossos juros. Isso atrai uma massa de recursos exteriores, que naturalmente forçam a queda do câmbio. Eu acho que não há dúvida quanto a isso e lembro que as nossas exportações também contribuem para a queda do câmbio. O câmbio, na verdade, flutua dentro desse aspecto. Então não é um câmbio tão flutuante.

Ministro, para conter a queda, a apreciação do real — como os economistas agora inventaram de falar —, V.Exa. está comprando dólar em massa. E V.Exa., ao explicar isso, disse que era uma vantagem para o Brasil. Mas nós sabemos que V.Exa. compra dólar e aplica com os juros que temos aqui. Então, há um prejuízo. E a nossa dívida externa e interna foi para 1 bilhão e 285 milhões, sem considerar os empresários, aquelas outras dívidas. Na verdade, a externa está caindo 134.

Sr. Ministro, V.Exa. falou dos fundamentos da economia. Em relação ao Risco Brasil, por exemplo, nós não gostaríamos que ele fosse tão bom, porque vai atrair mais dólar, vai fazer cair mais o câmbio. Essa é a verdade. O Risco Brasil é excelente, mas vai atrair dólar. Estamos numa posição difícil de entender. Como é que se tem 62 bilhões aplicados em renda fixa de recursos do exterior? O que acontece, na verdade, é que o Brasil não cresceu. O IBGE mudou, e V.Exa. falou nessa mudança. Com ela, se a metodologia for aplicada, nós ficaremos patinando em 3%.

Sr. Ministro, nós temos quase 60% dos trabalhadores na informalidade. V.Exa. falou e repetiu que foram criados empregos formais mas, na informalidade, devemos ter mais de 50% dos trabalhadores, e estamos caminhando para os 60%. No momento, temos uma população rarefeita até 14 anos, temos 125 milhões de brasileiros até 65 anos e temos apenas 9% de velhos. Não há melhor instante demográfico para o crescimento.

Mas, Sr. Ministro, nós medimos os fundamentos da economia pelo que está acontecendo no País. Temos o desemprego e temos a violência, um dos vetores do desemprego; as invasões de universidades; há populações assistidas, quando, na verdade, são bandidos que invadem fazenda — invadiram até Tucuruí. Não vejo diferença entre invadir uma fazenda e assaltar uma casa. Essa é a realidade brasileira. As greves acontecem uma atrás da outra; as habitações nas periferias são da pior qualidade; as estradas no Norte e no Nordeste estão terríveis; os hospitais públicos e as Santas Casas estão falindo. Este que é o resultado que nós medimos.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Quero lembrar ao orador que seu tempo é de 3 minutos e que V.Exa. já usou 5 minutos.

O SR. DEPUTADO FÉLIX MENDONÇA - Encerrarei.

O retrato do Brasil que nós vemos é este: a juventude sem emprego e sem esperança.

Até ficamos alegres com a suposição de V.Exa., porque começamos a acreditar no Brasil. Mas devo dizer a V.Exa. que a visão certa do Brasil não é a de V.Exa.; é a do Brasil real, o Brasil em que estamos, e ela depende muito de V.Exa., dos juros. Nós

devemos fazer esses juros decaírem rapidamente, para ficarem iguais aos juros normais que o Brasil tem, senão ficamos nesse crescimento: a China com 11.1 e nós aqui patinando junto com o Haiti.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Com a palavra o nobre Deputado Giovanni Queiroz.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ - Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu nem precisaria falar. O Deputado Alfredo Kaefer, o Deputado Félix Mendonça e o Deputado Fernando Coruja já abordaram a matéria de forma extraordinária. Apenas quero falar sobre os dados da economia apresentados pelo Presidente do Banco Central, Sr. Henrique Meirelles.

Quando S.Exa. fala que a economia brasileira está melhorando, ninguém o contesta diante dos números. Os dados do Banco Central são formidáveis, eu concordo. Em relação à dívida/PIB, caem os juros, cai a inflação. Tudo bem. E o Brasil como é que fica? O Deputado Félix Mendonça tem razão quando fala que o Brasil real é uma vergonha. O nosso crescimento comparado com outros países é uma vergonha, e isso V.Exa. tem que entender.

Aliás, vi uma entrevista do Presidente Lula - e aqui eu falo como advogado do Presidente Lula, sou da base do Governo – em que alguém perguntou: mas o senhor não gostaria de ligar para o Banco Central para pedir para baixar os juros? Ele respondeu: gostaria. Gostaria, mas não faz.

Ele credita aos senhores todos do Banco Central a condição de poder orientar os rumos do País. Ele gostaria que o ritmo de crescimento deste País fosse outro; que não fabricasse mais bandidos como se fabrica neste País; que não pagássemos tantos juros como pagamos hoje. Pagamos 179 bilhões ano passado, este ano estão previstos 165 bilhões e temos só 30 bilhões para investimentos. Como o Governo nunca executa o Orçamento, só executa parte dele, executa 60%, vamos investir quanto? Dezoito bilhões de reais? Com o PAC, vamos investir mais 12, 15 bilhões. Aí vai para os 30 bilhões, mas vamos pagar de juros 165 bilhões. É o que está previsto no Orçamento.

Acho que V.Exa. está acertando muitas coisas. Nem discuto isso. Está melhor do que o Governo Fernando Henrique. Eu estava aqui e criticava, denunciava, mostrava que nós pagávamos de juros o dinheiro que daria para construir 45 mil casas. Isso é o que nós pagamos hoje por dia. Dava para construir mil quilômetros da Transamazônica com os juros de 2 dias, ou mil quilômetros da Cuiabá/Santarém, mas os senhores se prendem aos números.

Aqui, o Deputado Felix disse muito bem: pega-se a juro a meio por cento no Japão, em ienes, e aplica aqui a 12,5%, porque V.Exa. está sendo muito benevolente com o sistema financeiro.

Olha só, o Brasil paga o juro mais caro do mundo: 8,5% de juro real. Depois vem a Turquia, que paga 6%, mas cresce a 5,5%; Israel paga 5,4% e cresce a 5,1%; a China paga 3,6% de juro real e cresce a 10,7%, e assim vai. Não tem nenhum país dos 20 primeiros de maiores juros do mundo. O Brasil é o maior.

O Risco Brasil é dos menores entre esses. Então, temos credibilidade. Se temos credibilidade, o risco é baixo. Eu fiz esta pergunta ao Ministro anterior a V.Exa.: se o Brasil está tão bem, por que tem que pagar os juros mais caros do mundo?

O Brasil está bem nas contas porque no resto está uma desgraça: na educação, na saúde, na segurança pública. É uma guerra interna. Ontem mesmo, o Secretário de Segurança Pública do Rio de Janeiro disse o seguinte: se nós esmorecermos, perderemos a guerra. Quer dizer, já admitiu que tem guerra no Rio de Janeiro. Este País não cresce. Pagamos esses juros malucos. Cada 1% é 11 bilhões.

Então, nós temos, Dr. Henrique, que chamar para a brasilidade maior de V.Exa. e dos seus assessores; chamar a atenção dos senhores para o fato de que tem gente morrendo nas filas dos hospitais sem remédio, e nós sangrando o País, entregando para o sistema financeiro milhões por dia. A conta é de 453 milhões de reais por dia. Repitam isso todo dia, cada um dos senhores assessores que estão aí sentados, e vejam se

arranjam uma solução, porque não é possível isso. Se isso fosse a média do mundo real, tudo bem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Maranhão) – O tempo do orador já está ultrapassado.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ - Sr. Presidente, dê-me só mais 1 minuto para concluir.

O Deputado Felix falou aqui exatamente aquilo que eu repeti. Mas tem uma outra coisa que talvez mantenha esses juros tão altos: a meta oculta, que é aquela meta que, no ano passado, era de 4,5% da inflação e ficou em 2,9% ou em 3,1%. E os senhores põem os juros mais altos para baixar a inflação e, com isso, o Brasil todo paga mais. Esse mecanismo, já está provado, não dá certo, porque outros países pagam juros muito menores e não têm inflação, ou a inflação não é maior do que a do Brasil.

Encerro, Sr. Presidente, fazendo aqui o papel de advogado do Presidente Lula, dizendo a V.Exa. aquilo que ele gostaria de dizer e talvez não tenha condições porque respeita o Presidente do Banco Central, ou outros Ministros que têm vontade dizer a V.Exa.: baixe esses juros. Alguém, quando insinua, diz que depende do Meirelles, aí o senhor emburra e mantém os juros altos. Pelo amor de Deus, vamos ter juízo, vamos parar de sangrar o País.

Há um livro, ao qual fiz referência anteriormente, “As Veias Abertas da América Latina”, escrito há 50, 60 anos por Eduardo Galeano. É formidável. Hoje não estamos com as veias abertas, estamos com as artérias abertas. É uma pressão de 12, 13, sangrando, esguichando. No caso da veia, o sangue escorre; da artéria, esguicha. É o que está acontecendo com o povo brasileiro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) – Com a palavra o Deputado Edinho Bez.

O SR. DEPUTADO EDINHO BEZ – Sr. Presidente, Srs. Diretores do Banco Central, procurarei ser breve para não ser repetitivo.

A expectativa de inflação tem ajudado a melhorar a credibilidade do País junto aos investidores internos e externos. Não questionamos isso. O Banco Central vem cumprindo as metas de inflação. Também não questionamos isso. No entanto, os juros vêm sendo reduzidos timidamente e o cidadão comum, mesmo o esclarecido, não tem oportunidade de falar com o Presidente do Banco Central, com os seus diretores, com o Governador ou com o Presidente da República, o que é natural. Mas com o Vereador, o Prefeito e o Deputado eles falam — não nos queixamos disso. Participamos de reuniões com associações comerciais e industriais, com CDLs — no nosso caso, o de Santa Catarina e com a FIESC — e vem chumbo grosso. Os Deputados estão fazendo a sua parte. Temos que pressionar o Banco Central e o Governo para baixar a taxa de juros.

Eu havia anotado alguns pontos para fazer meus questionamentos. Como já foi comentado, quero manifestar nosso desejo de ajudar a baixar ainda mais os juros, que vêm baixando em ritmo lento; é preciso apertar mais o acelerador.

Mas vou fugir do tema e aproveitar a oportunidade para falar da figura do avalista.

Apesar da taxa de juros elevada, vem crescendo no País o número de empréstimos contratados. Reconheço que melhorou a qualidade do crédito, mas não é possível continuarmos com a figura do avalista, que paga a conta da má gestão, embora nada tenha a ver com ela.

O avalista vem perdendo crédito. O tomador não paga o financiamento e o avalista é chamado a fazê-lo. Recebe no próprio extrato bancário a comunicação de que tem 20 dias para regularizar a situação. O Banco do Brasil está craque nisso.

Alguns casos se dão com sócios de empresas; outros, com avalistas. As restrições cadastrais inviabilizam situação empresarial ou pessoal. E o avalista não tem nada a ver com a dívida. Na verdade ele tem porque assim o define a lei. Se ele assina, tem de se responsabilizar por ela. Mas se ele não avaliza, perde o amigo, o compadre, ou paga a conta. O risco deve ser do banco porque quem está ganhando dinheiro com o empréstimo é o banco e não o avalista.

A partir deste momento, vou me esforçar para acabar com a figura do avalista no País. Posso não conseguir, mas farei a minha parte.

Conheço casos terríveis de separação de casais porque o marido ou a mulher avalizou um amigo e os bens comuns foram penhorados ou ameaçados.

Trata-se de assunto seriíssimo. Sei que não vamos resolvê-lo hoje, mas estou aproveitando a oportunidade para abordá-lo.

Uma pessoa avaliza um vizinho, um amigo — determinadas situações são constrangedoras — e, de repente, tem o seu cartão de crédito bloqueado porque o tomador do empréstimo não conseguiu regularizar a situação. O avalista fica impedido de fazer novas operações. Ele tem uma empresa, precisa realizar operações urgentes, pessoais ou da empresa e, mesmo tratando-se de pessoa íntegra, não consegue fazer nova operação por ter avalizado alguém que não honrou o compromisso. Repito: as conseqüências da má gestão de determinada empresa não deve ser transferida para o avalista.

Esse assunto muito tem-me angustiado. São muitas as reclamações.

Encerro dizendo que a responsabilidade é do banco. Sabemos que ele capta recursos e os empresta. Existe intermediação financeira. É difícil explicarmos para o povão, quando dizemos que a inflação está sob controle, entre 0,5% e 0,6%, por que o banco cobra 4%, 5% ao mês de juros no cartão de crédito. Afinal, a intermediação financeira não é tão alta assim. Isso sem falar nas tarifas bancárias, assunto que prometi não repetir.

Enfim, precisamos de regras claras. Nesse sentido, proponho-me a discutir o assunto no Banco Central. Se não quiserem, vou apresentar o projeto de qualquer maneira. Estudarei uma forma legal para eliminar a figura do avalista.

O problema é sério. A situação ocorre em todo o mundo, não apenas no Brasil. Alguém tem que tomar a iniciativa para resolver o problema. Não podemos correr riscos. A intermediação financeira tem de embutir provisão para o caso de inadimplência. Mas, pelo amor de Deus, vamos ser um pouco mais humanos.

Era o que tinha a dizer.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Com a palavra o próximo orador inscrito, Deputado Júlio Cesar.

O SR. DEPUTADO JÚLIO CESAR - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Henrique Meirelles, Presidente do Banco Central, Srs. Diretores, tenho questionado muito as tarifas bancárias. Muitas instituições financeiras bancam toda a sua folha de pagamento com o valor recolhido com as tarifas. No cômputo geral, o sistema financeiro está muito próximo de atingir essa meta.

Entre todas as tarifas, chama minha atenção a TAC — Taxa de Abertura de Crédito, principalmente no caso de financiamento de carros, operação na qual os bancos cobram de 350 a 500 reais. Se o empréstimo for de 5 mil reais e a taxa, 500 reais, significa 10% do valor total do empréstimo.

V.Exa. fala muito em crescimento das exportações. Mas o que tenho observado é a queda das exportações em relação ao PIB: em 2004, 15,93%; em 2005, 14,86%; em 2006, 14,79%. Já o percentual das importações em relação ao PIB está crescendo: em 2004, 9,84%; em 2005, 9,24%, caiu um pouco; em 2006 subiu para 10,40%.

Outro aspecto que chama a atenção é a queda do número de empresas exportadoras a cada ano: em 2004, 18.600; em 2005, 17.000; em 2006, 16.000. Enquanto isso, aumenta o número de empresas importadoras: em 2004, 22.410; em 2005, 22.600; em 2006, 24.567.

Preocupo-me com o crescimento das exportações — em 2005, girava em torno de 17% — em relação às importações, 25%. Se essa tendência for permanente, um dia se anulará esse saldo, que constitui grande vitória nossa em toda a história do País, porque o percentual de crescimento das importações é bem maior que o das exportações.

O último aspecto diz respeito ao bloqueio, pela Justiça do Trabalho, das contas de pessoas com pendência trabalhista. Às vezes o juiz, comodamente, em vez de exaurir

todas as alternativas, inclusive de hasta pública de bem penhorado, aciona do seu gabinete o bloqueio de contas da pessoa que está sendo questionada. Só que, em vez de bloquear apenas o valor necessário para o pagamento da dívida, bloqueia todas as contas abertas no sistema financeiro com aquele CPF. Se a pessoa tem 5 contas, as 5 são bloqueadas; se tem 20, todas são bloqueadas, e assim por diante. O bloqueio instantâneo, comandado pela vontade unilateral de um juiz que talvez não queira exaurir todas as tentativas de receber o pagamento dentro do processo contraditório, cria muitos problemas para as pessoas físicas e para as pequenas empresas brasileiras.

Pergunto: não há a possibilidade de esse bloqueio recair apenas em uma conta com saldo suficiente para quitar o débito?

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Concedo a palavra ao Deputado Ricardo Barros. *(Pausa.)* Ausente.

Concedo a palavra ao Deputado Fábio Ramalho.

O SR. DEPUTADO FÁBIO RAMALHO - Sr. Henrique Meirelles, Presidente do Banco Central, o que permitiu que os bancos aumentassem em até 26% os preços dos serviços bancários aos correntistas no último ano?

O mercado está comprando ativos de maior prazo com taxas abaixo da SELIC. Por que o Banco Central, nos últimos anos, vendeu papéis prefixados mesmo sabendo que os juros iam cair? Não é verdade que, apesar de os juros terem caído para 12%, os papéis emitidos pelo Governo pagam juros de até 20%?

Sou do Vale do Jequitinhonha, onde fui prefeito de uma cidade. Na época, os bancos ofereciam empréstimos consignados. Na qualidade de prefeito, não deixei que isso acontecesse. Hoje vejo que a maioria dos funcionários públicos estaduais e municipais ativos e aposentados daquela pequena cidade utilizam o dinheiro que ganham para pagar empréstimos consignados. O salário, que deveria ser utilizado para comprar comida, hoje está sendo utilizado para pagar juros. As pessoas trabalham durante todo o mês e os bancos pegam todo o dinheiro que recebem. Os bancos oferecem facilidades para a concessão de empréstimo. Os servidores tomam empréstimos em mais de um banco e depois, no final do mês, ninguém tem dinheiro para comprar nada.

Pergunto ao Presidente do Banco Central se não vai tomar nenhuma providência em relação a isso, porque, nas regiões pobres, as pessoas, os aposentados, os assalariados estão passando fome para pagar juros com o salário ou o provento que recebem.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Com a palavra o Deputado Aelton Freitas. *(Pausa.)* Ausente.

Com a palavra o Deputado Daniel Almeida.

O SR. DEPUTADO DANIEL ALMEIDA - Cumprimento o Presidente José Maranhão, o Presidente do Banco Central e os Diretores dessa instituição.

É evidente que o Brasil de hoje é melhor. E devemos apostar que o País vai melhorar cada vez mais, crescer, distribuir renda. Os números apontam para essa direção, todos reconhecemos. Mas é verdade também que há a expectativa e a convicção de muitos setores de que o País pode melhorar, pode ir adiante e tirar as travas que impedem um crescimento mais acelerado.

Eu acho que deveríamos debater mais essa questão. Existem mesmo essas travas? Elas podem ser retiradas? O problema dos juros é objeto da preocupação e análise de todos nós, dos diversos setores da economia, do Governo, todos analisamos a necessidade de remover algumas dessas travas.

Sr. Presidente, vou apresentar algumas preocupações em relação aos prejuízos decorrentes da política em curso. Por exemplo, o Banco Central indica prejuízo de 10.494 em 2005 e de 13.167 em 2006 nos resultados.

Os prejuízos decorrentes do custo dessa política monetária acabam sendo assumidos pelo Tesouro. As altas taxas de juros depreciam o câmbio, forçam a aquisição de reservas e impõem as operações *swap*, que resultam também na depreciação do resultado acumulado das reservas.

Todos nós sabemos que o Governo brasileiro atrai capital mediante a remuneração de 12,5% a 13%, e essas reservas que são acumuladas têm remuneração muito mais baixa, 2% ou algo assim.

Então, elas não são reservas saudáveis. Elas decorrem não de superávit da balança comercial, mas dessas transações que provocam dificuldade de sustentação dessa política. Até que ponto essa política é sustentável? Em que horizonte devemos trabalhar com essa política?

Outros prejuízos que já foram aqui explicitados. Ainda hoje li uma matéria com o seguinte título: *"Câmbio piora mercado de trabalho para jovem sem experiência"*.

Trata-se de uma pesquisa feita pelo Prof. João Sabóia, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, que indica que 63,5% dos empregos na indústria para jovens sem experiência estão nas indústrias moveleira, têxtil, calçadista, exatamente os setores que são afetados pela valorização do real.

Precisamos analisar, de forma muito objetiva, políticas que possam compensar esses setores, e ainda não percebi nenhuma resposta que pudesse dar conta desse tema.

Além disso, Sr. Presidente Henrique Meirelles, quero fazer um comentário a respeito das tarifas bancárias, que me preocupam enormemente. Não sei se o tempo me permite.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - V.Exa. tem uma prorrogação de mais 3 minutos.

O SR. DEPUTADO DANIEL ALMEIDA - Obrigado, Sr. Presidente.

O problema da tarifa bancária preocupa bastante. O Presidente do Banco Central afirmou que o objetivo de algumas medidas que foram adotadas é promover a concorrência. Aí há um problema sério, porque se analisarmos uma cesta de produtos que são oferecidos pelos bancos, podemos até identificar diferenciação entre preços individualmente, mas numa cesta os preços acabam sendo uniformizados. Com a elevação dos preços, hoje, Deputado Julio César, essas tarifas já são responsáveis por 130% e alguma coisa da folha de pessoal. Com elas, os bancos cobrem todas as despesas com a folha de pessoal, e sobra ainda uma gorda fatia para outras despesas. Os números são crescentes. Essa concorrência não está sendo verificada.

A eficiência é um outro elemento. Verificamos, efetivamente, o aumento das filas. São várias as Prefeituras que estão fazendo leis para regular o tempo de permanência das pessoas nas filas dos bancos. É um absurdo um sistema com tanta tecnologia e com tantos resultados positivos ter filas. E os bancos resistem em cumprir o Código de Defesa do Consumidor.

Eu entendo que o Banco Central teria de ter atitude mais ofensiva na fiscalização daquelas relações que diretamente envolvem os consumidores. Eu sei que o Banco Central tem de ter o controle do mercado como um todo, mas precisa ter um cuidado maior com os consumidores.

A minha preocupação, Sr. Presidente, é porque nos últimos dias o Banco do Brasil anunciou reestruturação que suprime cerca de 5 mil caixas executivos, deixando, inclusive, de atender segmentos que demandam a presença direta nas agências. Entendo que isso não demonstra eficiência.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Com a palavra o Deputado Osório Adriano.

O SR. DEPUTADO OSÓRIO ADRIANO - Sr. Ministro, temos ouvido com muita freqüência os discursos do nosso Presidente Lula, sempre estabelecendo analogias otimistas. De acordo com ele, chegamos no topo.

V.Exa. nos trouxe estatísticas, eu diria, bastante confiáveis. Não há como dizer não em razão da sua pessoa, pelo que V.Exa representa. Mas acontece que nem sempre as estatísticas comprovam tudo aquilo que realmente acontece. Podemos pegar o lado bom, o lado mau — não creio que V.Exa. tenha feito essa opção. Isso está muito claro. Mas não é o que sentimos nesta Casa, Sr. Ministro.

Na semana passada, estiveram aqui na Câmara, em audiência pública, representantes da mais alta importância do setor moveleiro, para nos pedir ajuda, pelo amor de Deus, porque não estão conseguindo vender. E o que estão vendendo está abaixo do preço de mercado. Por quê? Para fazer caixa. Uma empresa que começa a vender abaixo do custo para fazer caixa tem vida curta, e ninguém melhor do que V.Exa. sabe disso.

Estiveram também nesta Casa representantes dos setores calçadista e têxtil. No início do mês estive em Uberaba para participar de uma famosa feira, e a queixa sobre o preço da carne é a mesma. Sabemos que a arroba da carne no mercado mundial é da ordem de 24 dólares, o que corresponde hoje a menos de 50 reais. Há 5 anos, vendia-se carne a esse preço e até hoje continua-se a vender.

V.Exa. é de Goiás, um dos maiores Estados produtores de carne do País, e conhece bem o setor. Aqui a arroba ainda custa 52 reais. Mas como produzir a esses preços se todos os insumos subiram?

Ministro, não pretendo levantar polêmica, os meus colegas foram bastante claros ao externar o que está se passando na economia. Mas parece que existem 2 países diferentes: um da estatística, do Presidente Lula; o outro daquilo que ouvimos aqui quase que diariamente.

Não tenho pergunta específica, mas peço a V.Exa. que disserte um pouquinho sobre como isso pode acontecer. Existem 2 países diferentes? Creio que não.

Eram essas as minhas observações.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Com a palavra o Dr. Henrique Meirelles.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES - Obrigado, Sr. Presidente.

Vou começar pelas perguntas do Deputado Félix Mendonça, que se refere a várias questões, mas centra-se em um ponto básico: a diferença entre os números e o Brasil real. No caso, os números representam todos os dados aqui mostrados e o Brasil real está voltado para o aspecto referente — usando as palavras de S.Exa. — a greves, segurança, estradas, habitação etc. E termina por dizer que quanto ao Risco Brasil e outros aspectos econômicos, o País está atingindo uma excelência que não gostaríamos de ter. Evidentemente, essa opinião é respeitável. Mas, Deputado Félix Mendonça, em primeiro lugar, os números refletem o Brasil real. Ou seja, número dos salário reflete a média dos salários dos brasileiros; o número do emprego reflete o número de empregos sendo criados no Brasil; o aumento do poder de renda do trabalhador reflete a realidade do poder de compra do trabalhador.

Sem dúvida, isso não significa que todos os problemas do País estão resolvidos do dia para a noite. Também não significa que não devemos continuar trabalhando, que não existam outros problemas de responsabilidade de diversos governantes do País inteiro, seja nos âmbitos federal, estadual ou municipal, nas esferas do Executivo, Legislativo e Judiciário.

Não há dúvida de que o Brasil necessita que todos continuemos a trabalhar para que todas as situações sejam resolvidas e melhorem o padrão de vida da população.

No que diz respeito ao Banco Central, que é exatamente a minha área de atividade, segundo as avaliações aqui mostradas, estamos cumprindo a missão determinada pelo Conselho Monetário Nacional, e a conseqüência disso para a população brasileira tem sido extremamente positiva. Isso não resolve todos os problemas das pessoas, evidentemente, mas é uma questão fundamental.

Como exemplo, faço uso de uma analogia. Seria o caso de uma pessoa doente que vai ao médico, faz o tratamento e fica bem de saúde. Mas depois ela volta ao médico para reclamar que o seu problema de saúde foi resolvido, é verdade, mas que existem vários outros problemas que não foram resolvidos: problema com a mulher, problema de salário; problema no emprego, enfim, ele tem uma série de outros problemas não resolvidos.

Creio que os problemas aqui levantados devem ser endereçados a quem de direito e levados a sério. Mas o fato concreto é que a situação do brasileiro e da brasileira

está melhorando, porque o salário médio, o emprego e a massa salarial estão aumentando. Além disso, a situação do País está melhor, porque hoje temos reservas, a inflação está na meta, a situação fiscal está melhorando e o Brasil está crescendo, segundo previsão de órgãos internacionais, cerca de 4,5% ao ano. E mais importante do que isso, tem condições de continuar a crescer de forma sustentada.

O Deputado Giovanni Queiroz basicamente aborda de novo os problemas enfrentados pelo Brasil real, que já mencionei. S.Exa. vai mais longe ao dizer que mecanismos não têm dado certo, porque ainda há problemas nas áreas da saúde e da educação. E, novamente, desejo usar a mesma analogia e mostrar que é importante cada um trabalhar para cumprir o seu dever com o País. Repito, não significa que todos os problemas do País estão sendo resolvidos do dia para a noite. Pelo contrário, não se resolvem problemas criados há séculos em poucos anos. Mas cada vez mais temos de tentar resolvê-los da melhor forma, e é isso o que está acontecendo.

Foi mencionada a situação do Japão, que possui juros muito baixos, e, em face disso, existe mecanismo que permite as pessoas de lá fazerem empréstimos para aplicar em outros países etc. Mas, no Japão, os juros são mais baixos inclusive do que a média dos países industrializados porque houve deflação na sua economia, o que não é bom, e também crescimento muito baixo, o que também não é bom. Logo, sua situação monetária não é necessariamente positiva.

Durante muitos anos o Japão teve crescimentos elevadíssimos. Isso foi até a década de 80. A partir da década de 90, o Japão tem enfrentado situação difícil. Agora, alguns preferem o exemplo do Japão, porque tem juros baratos, apesar de não ter crescimento. É uma opção! Para isso, talvez precisássemos chegar a outra forma um pouco perigosa para o Brasil, principalmente levando-se em conta que sua população é crescente e precisar crescer.

Em relação à taxa de juros reais como um todo, e respondo aqui a outras perguntas feitas, o juro real no Brasil está caindo consistentemente. Não há dúvida de que foi muito alto no passado, continua alto, mas está caindo muito.

Por exemplo, de 1994 até 1998, o juro real no Brasil, para operações financeiras comercializadas no mercado, foi de cerca de 22% ao ano. Nos anos seguintes baixou para 14% e 12%. Hoje, nas transações de um ano, está um pouco acima de 7,5%, valor mais baixo da história. Em prazos mais longos, está abaixo disso.

A pergunta é a seguinte: como fazer para que os juros baixem ainda mais? A resposta é simples: temos de continuar mantendo a inflação na meta. Este é o caminho para que os juros continuem a baixar. Por quê? Exatamente por causa do nosso histórico de hiperinflação. O Brasil teve a mais longa hiperinflação da história da humanidade; aplicou toda a sorte de planos heterodoxos que geravam enormes esqueletos a serem pagos pelo Governo e que até hoje estão em disputa nos Tribunais; tentou toda a sorte de experiências, sua dívida pública cresceu de forma importante em relação ao PIB durante muitos anos; teve importantes déficits de conta corrente e diversas crises em relação a balanço de pagamentos. De fato, entre outras conseqüências, tudo isso gerou elevada taxa de juros no País.

Portanto, qual o caminho para baixar os juros, a fim de acompanhar os padrões internacionais? Continuar a baixar o Risco País, continuar a baixar os prêmios de riscos, o que já está acontecendo.

Gostei muito da expressão utilizada pelo Deputado, quando ele disse que precisamos ter juízo. Concordo em gênero, número e grau com S.Exa. Precisamos mesmo ter juízo e manter a inflação na meta, como todos os países que têm juízo fazem; manter os juros adequados para que a inflação continue caindo e, em conseqüência, os juros também, porque todas as vezes em que se tenta fazer manobras artificiais a conseqüência é contrária, no caso a elevação dos juros, como ocorreu no passado. Portanto, temos de continuar com a relação cadente de dívida/produto, com saldos comerciais importantes para que a situação do Brasil continue melhorando.

O Deputado Edinho Bez diz que a situação está melhorando, mas os juros estão caindo timidamente.

Quero lembrar que, quando assumimos a direção do Banco Central, a taxa de juros SELIC estava em 25% ao ano e os juros de mercado a quase 30% ao ano. A SELIC hoje está em 12,5% e os juros de mercado abaixo disso, dependendo do prazo, 11%, e já há prazos abaixo de 10%, os menores do passado recente do Brasil.

Portanto, é importante mencionar que os juros estão caindo. Trata-se de questão subjetiva dizer que caem tímida ou agressivamente. Algumas pessoas podem até achar que caem agressivamente. Preferimos achar que se trata de um movimento adequado para que o Brasil continue com a inflação na meta e que os prêmios de risco continuem a cair e, em conseqüência, também as taxas de juros.

O Deputado menciona ainda forte preocupação com a situação dos avalistas. Como bem mencionou S.Exa., para não prejudicarem o relacionamento com amigos ou parentes, muitas vezes os avalizam e depois enfrentam uma série de problemas. A pessoa avaliza alguém que não honra o compromisso e, a partir daí, enfrenta toda a sorte de dificuldades, corte do limite de crédito etc. O Deputado propõe que se elimine a figura do avalista ou que seja permitida a sua substituição no caso de dificuldade, isto é, se alguém avaliza o amigo e ele não paga, procura outro amigo para ocupar o lugar de avalista, a fim de enfrentar o problema.

Deputado, o aval é um instituto cambial definido no Código Civil e nas leis sobre títulos de crédito. Portanto, não é da alçada do Banco Central mudar a lei. Ele tem, sim, de seguir a lei. Uma das definições mais importantes na missão do servidor público é seguir a lei. Agora, certamente, o Deputado dispõe de toda prerrogativa para apresentar projeto de lei com a finalidade de mudar o Código Civil ou qualquer outro tipo de obrigação. Quero dizer apenas que essa é uma prerrogativa do Congresso Nacional e não do Banco Central.

O Deputado Júlio Cesar se preocupa com as tarifas bancárias, particularmente com a TAC — Taxa de Abertura de Crédito. Trata-se de uma taxa como várias outras cobrada pela prestação de serviço bancário. E o Banco Central a tem regulado de maneira a que o cliente tenha a possibilidade de escolher o banco que lhe oferece melhores condições. Para isso, foi tornada obrigatória nos contratos a especificação da Taxa de Abertura de Crédito e, depois, da taxa efetiva anual, que tem de ser informada ao cliente, o que dá a ele condições para negociar.

Inclusive, encorajo todos os Deputados a ajudarem o Banco Central nisso. Cada vez mais estamos divulgando os direitos da população. O Código de Defesa do Consumidor também tem de ser divulgado para que a população tome conhecimento dos seus direitos. Mas já existem normas visando tornar mais transparente todas as operações. Dessa maneira, o cliente terá condições de negociar.

Outra preocupação apontada pelo Deputado Júlio Cesar diz respeito ao bloqueio pelo juiz de contas bancárias, resultado de condenações trabalhistas, na medida em que S.Exa. diz que o juiz, muitas vezes, bloqueia diversas contas da mesma empresa, fato que cria dificuldades para pequenas e médias empresas.

Devemos mencionar novamente que essa é uma decisão do juiz trabalhista e não do Banco Central, que apenas operacionaliza a decisão tomada. Portanto, trata-se de prerrogativa dos Srs. Deputados apresentar projeto de lei nesse sentido.

Mas quero informar aos Srs. Deputados algo que talvez seja importante aos clientes de banco saberem. É possível a pessoa física ou jurídica cadastrar apenas uma conta bancária, de maneira que o juiz, de posse daquela informação, caso haja saldo suficiente, mande bloquear apenas aquela conta. E considero importante que o Banco Central divulgue também essa informação.

Devo informar ainda aos Srs. Deputados que nos meios de transmissão eletrônica do Banco Central existe um número muito grande de informações benéficas para que o cliente possa defender seus direitos. É muito importante que o cidadão saiba acessar os mecanismos de informação do Banco Central para que tenha condição de melhor defender seus direitos.

O Deputado também se preocupa com a evolução das exportações e das importações. S.Exa. acha que o crescimento das importações é percentualmente maior

do que o das exportações, o que futuramente pode levar a uma situação de perigo para as contas externas do Brasil.

(Segue-se exibição de imagens.)

Na projeção a seguir, vemos, na linha amarela, as exportações e na outra linha, as importações. Observamos que ainda existe um saldo comercial importante que não está caindo. Como as 2 linhas estão subindo e a exportação tem um valor maior, é normal que o valor menor — que no caso do Brasil é a importação — tenha um aumento percentual maior.

O importante é que o saldo comercial tem-se mantido numa faixa de 45 a 47 bilhões de dólares, nos últimos anos. Vejam que não há nada de mágico nesse número. Os saldos comerciais podem variar de forma importante, ano a ano, o que não significaria que o País estaria caminhando para a dificuldade. É natural que, em uma retomada de crescimento, como estamos vendo, neste momento em que as empresas brasileiras estão investindo em reequipamento, as importações cresçam.

Então, as exportações brasileiras estão mostrando um crescimento vigoroso. Gostaria de terminar este ponto mostrando um gráfico que já exibi. As exportações brasileiras estão crescendo acima das exportações mundiais, o que significa que esta é uma área de muito dinamismo da nossa economia.

O Deputado Fábio Ramalho perguntou como foi possível ao sistema financeiro ter tido crescimento de 26% nas receitas, nos serviços bancários, de um ano para outro. A economia brasileira está crescendo em várias áreas. Por exemplo, o tráfego aéreo cresce mais de 20% ao ano. O crescimento real do varejo também é muito grande. Não há dúvida de que o crescimento dos serviços bancários é um deles.

O SR. DEPUTADO FÁBIO RAMALHO - Sr. Presidente Meirelles, eu falei foi do aumento do serviço bancário, do custo, da taxa.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES - Existe esse dado de crescimento, diretor? *(Pausa.)* Gostaria de saber a fonte de onde o Deputado tirou esse dado.

O SR. DEPUTADO FÁBIO RAMALHO - As fontes de informações que temos são a imprensa, o CADE e o TCU, que está achando um superfaturamento. Essas entidades estão acompanhando desses serviços.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES - Poderíamos saber exatamente...

O SR. DEPUTADO FÁBIO RAMALHO - O Tribunal de Contas da União está achando um superfaturamento nesses 26%. O crescimento está assustador.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES - Nós não temos essa informação, Deputado. Certamente vamos procurar nos órgãos de imprensa alguém que a possa ter divulgado. Mas vamos verificar no banco de dados do Banco Central, que é bastante preciso; vamos averiguar essa informação e lhe dar uma resposta a esse respeito.

Em relação aos papéis prefixados, o Deputado pergunta por que o Banco Central vendeu papéis prefixados quando sabia que a taxa de juros iria cair.

Deputados, em primeiro lugar, o Banco Central não vende papéis prefixados. Aliás, não vende papel, a não ser que seja da sua carteira. Ele faz operações compromissadas de captação de recursos, que não são prefixadas, são indexadas á taxa de juros. Portanto, se a taxa de juros cai, o custo dessas operações caem.

Quem vende operações prefixadas é o Tesouro Nacional, que não tem necessariamente que fazer previsões sobre a evolução futura da taxa de juros. Tem de financiar as taxas que prevalecem nos mercados aquele dia, que, aliás, estão caindo.

O fato de as taxas de juros estarem caindo acredito que não é algo negativo, é positivo. O fato de que há 4 anos a taxa de juros de mercado era de 30% e hoje, pelo mesmo prazo, é de 11% ou de 10%, não é ruim, é extremamente positivo. Agora, naquele momento, o Tesouro Nacional tinha de se financiar e, portanto, financiar a taxa de mercado.

A grande parcela do financiamento que o Tesouro tinha, naquela época de taxa de juros elevada, não era prefixada. A parcela prefixada era muito pequena. Quando os juros estão caindo, aos poucos, está crescendo a parcela prefixada. Acredito que o movimento feito pelo Tesouro atende às preocupações do Deputado. Quando a taxa de

juros era muito alta, grande parte do financiamento era feito em LFTs, indexado à taxa de juros diária, portanto, com custo cadente. À media que as taxas de juros foram caindo, o Tesouro foi vendendo papéis prefixados, num movimento conforme o desejado.

O Deputado também pede medidas contra o crédito consignado. V.Exa. mencionou que, quando era Prefeito, proibiu a oferta de crédito consignado. Pelo que pude entender, seu sucessor não teve o mesmo cuidado de prevenir a oferta de crédito consignado...

O SR. DEPUTADO FÁBIO RAMALHO - Para o funcionalismo.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES - Para o funcionalismo.

Em primeiro lugar, Deputado, tomar crédito é um direito do cidadão. Não podemos proibir as pessoas, porque seria negativo para elas. Tomar crédito garantido pelo salário permitiu novamente que as pessoas tomassem crédito com taxas de juros muito menores.

O SR. DEPUTADO FÁBIO RAMALHO - Salário não é comida? Se V.Exa. analisar bem, as pessoas não estão tendo comida! Trabalham, dão seu suor e, no final do mês, não têm nenhum dinheiro. As mais pobres não sabem usar esse tipo de crédito. Então essa operação tem que ser melhor regulamentada.

Os bancos que fazem crédito consignado, avaliam, vamos dizer, 100 milhão de reais, e hoje, isso vale 1 bilhão de reais. É publicidade escandalosa em cima das pessoas. Hoje em dia, o que vemos? Se V.Exa. analisar bem, se fizer um apanhado por índice do dinheiro do aposentado, vai verificar que esse dinheiro está ficando todo nos bancos, só para pagar juros pelo empréstimo consignado.

Tem de se disciplinar essa operação, estabelecer um valor prefixado de 20% do salário da aposentadoria, e para todos os bancos. A pessoa vai a um banco, a outro e a outro e, no final do mês, não tem dinheiro nem para comer. É a isso que estamos assistindo nas regiões mais pobres do Brasil. Acho que essa é uma responsabilidade do Banco Central.

Aproveito para parabenizar V.Exa. pela gestão frente ao Banco Central, bem como sua equipe. Peço a V.Exa. que olhe essa minha preocupação com carinho. É triste o que vemos em todas as regiões do Brasil: pessoas deixam todo dinheiro do seu trabalho para os bancos, por causa dos empréstimos consignados.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES - Deputado, sua preocupação e recomendação já foram implementadas por este Congresso Nacional, após aprovar a medida provisória que criou o crédito consignado, e na regulamentação posterior do Conselho Monetário. Já existe um limite de 30% do salário, consolidado entre todos os bancos, como V.Exa. mencionou. O empregado, mesmo que quisesse, não poderia comprometer mais do que 30% do salário. Essa regulamentação a que V.Exa. se refere já está implementada. Não é possível, pela regulamentação, o empregado comprometer mais do que 30% do salário.

O Deputado mencionou o valor de 20%. É uma prerrogativa legal, porque tem, como tudo na vida, prós e contras. Muitos trabalhadores poderiam não gostar da idéia de não tomar um pouco mais de crédito a uma taxa melhor, consignando até 30%. Mas, de novo, é uma prerrogativa soberana do Congresso Nacional baixar esse valor para 20%, se assim o entender o Deputado em eventual projeto de lei.

O SR. DEPUTADO FÁBIO RAMALHO - Peço a V.Exa., então, uma melhor fiscalização, porque, pelas informações que temos, além de eles aderirem ao crédito consignado, outros bancos emprestam e, no final do mês, todo o dinheiro deles fica retido.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES - Repito, Deputado, no crédito consignado existe um limite de até 30%. Mas o cidadão brasileiro é livre para tomar outros tipos de créditos, não consignados, em outros bancos que também vão cobrar. Aí já é uma questão do cidadão, uma opção do cidadão. A lei não pode proibir o cidadão de tomar crédito. No crédito consignado, já existe uma limitação de 30% do salário.

Agora a pergunta do Deputado Daniel Almeida. S.Exa., em primeiro lugar, menciona uma preocupação muito grande com o custo da política monetária, diversos tipos de custo da política monetária. Mas, evidentemente, o custo da política monetária

que preocupa a todos seria em razão do seu possível impacto no custo de financiamento do Tesouro.

Eu gostaria de mencionar que, segundo dados que mostrei, a despesa do Tesouro Nacional com o pagamento de juros tem caído, como percentagem do PIB. Gostaria também de mencionar que a política monetária tem juros cadentes desde de 2005. Em resumo, independente disso, o fato concreto é que o custo de financiamento do Tesouro e das empresas está caindo. Em resumo, a política monetária está atendendo à preocupação do Deputado, fazendo com que o custo de financiamento do Governo, das empresas nacionais tenha caído de forma importante nos últimos anos. Portanto, tenho aqui a grande satisfação de dizer ao Deputado Daniel Almeida que os resultados da política monetária estão de acordo com a sua preocupação.

S.Exa. menciona que as reservas internacionais não são resultado do saldo comercial, e sim, de investimentos especulativos etc.

Eu gostaria de mostrar, mais uma vez, o gráfico que esclarece essa preocupação do Deputado Daniel Almeida. Espero que S.Exa. fique feliz de ouvir essa informação, que a sua preocupação não procede. O grande saldo de entrada de recursos no País não vem de atividades financeiras, preferencialmente, mas na sua grande maioria, de operações comerciais. Portanto, em amarelo está o fluxo líquido de câmbio comercial, e em vermelho, o fluxo líquido de câmbio financeiro. Portanto, podemos dizer que as reservas são resultado de importantes saldos comerciais que o Brasil tem tido nos últimos anos, não só isso, mas primordialmente.

Quanto ao problema das filas, o Deputado manifesta uma grande preocupação. S.Exa. menciona que diversas Prefeituras já estão regulando o assunto. Eu acredito que compete exatamente às Prefeituras regular esse tipo de questão, e não ao Banco Central. É a Prefeitura que tem de verificar se há filas abusivas ou não aceitáveis na sua cidade. Esta deverá, certamente, regular o assunto. Eu mencionaria, mais uma vez, que a preocupação geral com a aplicação do Código de Defesa do Consumidor nas atividades do sistema bancário foi recentemente definida de forma muito clara pelo Supremo Tribunal Federal, cabendo ao Poder Judiciário endereçar casos de violação do Código de Defesa do Consumidor.

O Deputado Osório Adriano diz que parece que temos 2 países diferentes. Pelo que entendi, um é o Brasil real do povo e das empresas e o outro é o Brasil dos números, que vai muito bem.

Eu diria, Deputado Osório Adriano, que os números refletem o Brasil. Eles podem não refletir todas as pessoas e todas as empresas. V.Exa. tem razão. Muitas vezes a média engana. É aquela velha piada do cidadão que estava com a cabeça na geladeira, o pé no forno e a temperatura média estava boa. Não há dúvida de que nem sempre os números refletem toda a realidade. Mas os números no Brasil refletem, sim, a realidade da maior parte dos brasileiros, isto é, quando verificamos um número em que o salário médio está crescendo, isso reflete a grande maioria dos brasileiros, que estão tendo salários crescentes. Quando os números refletem que a massa salarial está crescendo significa que o emprego está crescendo e o salário médio está crescendo e, portanto, os brasileiros empregados estão recebendo mais rendimento. E isso, em última análise, reflete a situação de grande parcela dos brasileiros.

Na medida em que vemos o varejo crescendo 11.5% no Brasil ao ano, de abril de 2006 a abril de 2007, significa que o comércio varejista no Brasil está crescendo muito como um todo. Isso não quer dizer que todos os varejistas do País estejam crescendo. Poderá ter um varejista numa cidade, quem sabe na região do Deputado, ou outro que possa estar tendo dificuldades. Mas o comércio varejista do País como um todo está crescendo muito. Da mesma maneira que a atividade econômica está crescendo. O País está crescendo ao redor de 4.5% este ano, segundo órgãos internacionais, a produção. O investimento está crescendo.

Eu gostaria de dizer ao Deputado Osório Adriano que os números refletem, sim, a situação do País, não refletem a situação de todas as pessoas, ou de todas as empresas.

O SR. DEPUTADO OSÓRIO ADRIANO - Presidente Henrique Meirelles, esta semana eu li na *Folha de S.Paulo* artigo do Antônio Ermírio de Moraes dizendo que o País agüenta bem o dólar a 1.70. Ora, sabemos da estrutura de Antônio Ermírio de Moraes, da potência de suas empresas. Talvez ele consiga, mesmo com o dólar a 1.70, continuar exportando. Mas esses setores que mencionei não conseguem. Eu digo isso porque nós sentimos esse problema aqui. Eles vêm à Câmara pedir socorro, esse pessoal do setor moveleiro, principalmente no Sul, do setor têxtil, do setor calçadista etc.

Veja o preço da carne, que V.Exa. conhece tão bem, pois é de Goiás, vive aí diariamente. Como é que se pode vender uma arrouba de carne a preço de 4, 5 anos atrás, quando se sabe que houve uma inflação nos últimos anos não tão grande, mas houve. É isso que surpreende. Qual é o final de tudo isso? É o desemprego? Porque essas empresas vão fechar. Não hoje, porque eu disse que eles estão vendendo abaixo do custo. Mas quantos meses, quantos anos, uma empresa consegue ficar fornecendo seus produtos abaixo do custo? No final, é a questão do câmbio. Como esses exportadores podem exportar a esse preço? Não podem. E V.Exa. sabe bem que não podem. Não vai durar muito e vai haver uma *débâcle,* o que é a minha preocupação. Eles vão quebrar. Hoje eles estão bem e amanhã? Aí diremos: *"Mas como? Ia tão bem!"* Nós deixamos que a coisa ficasse nesse nível. No fim, é o preço dos juros. Como ficou bem claro aqui, todos vêm investir no País, porque nós pagamos melhor do que os outros! Hoje somos confiáveis. A preocupação do investidor é se o País é ou não confiável. *"Ah, podem aplicar no Brasil porque é um país confiável*."

Então, são essas preocupações, Sr. Presidente, que nos levam a lhe trazer esses problemas, porque nós sentimos isso aqui. Não é? Nós estamos na ponta, e sentimos isso aqui diariamente, nas entrevistas que concedemos, e até individualmente somos procurados nos gabinetes. De toda forma, aquele que está em dificuldade acha que o Deputado pode resolver seu problema. Eu não digo que possa, mas o Deputado tem condição de no mínimo levar às autoridades esses problemas que lhe são trazidos.

Muito obrigado.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES - Obrigado, Deputado. Temos o maior respeito pela situação de setores específicos da economia que possam estar enfrentando dificuldades, por fatores diversos; isso acontece no mundo todo. É uma preocupação que existe no mundo todo, com essas transformações que a globalização, que a modernização traz — e a própria tecnologia, não é? O Deputado deve recordar, historicamente, ainda no século passado, há muitos anos, quando começou o processo de industrialização e de uso de máquinas, os protestos que se levantaram nos países industriais, por parte dos trabalhadores, contra a máquina, na medida que isso, em tese, poderia eliminar alguns postos de trabalho.

Eu gostaria de dizer que são problemas que acontecem no mundo todo, mas o importante no Brasil é que, primeiro, o emprego está crescendo no País; se olharmos mais uma vez os números, vamos ver que o Brasil está criando, em termos líquidos, cerca de 1.272.000 empregos por ano em média, a partir de 2004, e que em abril apenas criou, em termos líquidos, mais de 300 mil empregos; e, de novo, a massa salarial está crescendo, etc., etc.

De novo, Sr. Deputado, temos o maior respeito pela função do Deputado de receber as preocupações de segmentos específicos, de pessoas, e de trazer tudo isso aqui, e levar essas preocupações a outras Comissões, a outros ambientes; é a sua função, não é? E temos o maior respeito por ela, tanto que uma vez pleiteei o cargo de Deputado, candidatei-me e inclusive ganhei, mas fui convidado pelo Presidente Lula e não cheguei a tomar posse; renunciei, infelizmente, ao cargo de Deputado. Portanto, tenho o maior respeito pela função do Congressista, pela função do Deputado. Agora, de novo, temos de olhar a situação do País como um todo. E o País, como um todo, vai bem; o País está com a economia crescendo, o emprego está crescendo, o salário está crescendo, a renda está crescendo, a inflação está na meta, as exportações estão bem; em resumo, nós temos de tomar o cuidado — aí sim, Deputado, isso é importante — de, na tentativa de atender a setores específicos, não estragarmos a situação da maioria da

população, que se tem manifestado de uma maneira muito clara a esse respeito, inclusive, como não podemos deixar de mencionar, nas últimas eleições.

Quer dizer, é importante mencionar que a população brasileira está sendo claramente beneficiada, a maioria da população, por uma política econômica de sucesso. De novo: salário crescendo, salário médio crescendo, massa salarial crescendo, poder de compra crescendo, o emprego total crescendo, o desemprego menor do que nos anos anteriores, e com tendência, de novo, decrescente, tudo isso ancorado numa inflação na meta, numa situação fiscal sólida, dívida pública sobre o produto cadente, todos os indicadores econômicos melhores, reservas internacionais fortes e sólidas, enfim, uma balança de pagamentos extremamente saudável; portanto, o País está caminhando na direção que todos gostaríamos.

Agora, dito isso, existe um trabalho enorme à frente, em diversas áreas, inclusive no Banco Central. Não há dúvida de que o Brasil demanda que todos nós olhemos todos esses problemas com a maior seriedade, trabalhemos e demos o máximo de nós para resolvê-los. Portanto, respeito muito as preocupações trazidas aqui. V.Exas. tenham a certeza de que as levamos muito a sério.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ - Sr. Presidente, tenho direito à réplica e quero apenas fazer algumas considerações.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Pois não, V.Exa. tem a palavra.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ - Dr. Henrique Meirelles, sobre as taxas bancárias, eu tenho um quadro aqui — a fonte é o Banco Central — que mostra distorções, como uma diferença de 14.900% entre as taxas cobradas por um banco e por outro. Vão a 2.500%, 5.900% as diferenças da mesma taxa cobrada no banco A e no banco B. A fonte é do Banco Central, e posso até passar o quadro a V.Exa., para facilitar o trabalho. Depois de checar os números eu passo a V.Exa. Então, é gritante, realmente. É preciso haver uma intervenção do Banco Central no sentido do disciplinamento da matéria.

A segunda questão: com relação aos juros para a rolagem da dívida — estamos falando dos juros de mercado, que caíram à taxa de 7% —, eu concordo que algumas empresas conseguem 7%, 7,5%, 8%; o BNDES tem financiado também nessa linha, ou em torno disso. O que me preocupa é que nós pagamos pelos nossos títulos brasileiros 12,5%, com juros reais de 8,5%, quando na verdade os juros dos bancos para empréstimo anual, de médio e longo prazos, de 7% são os juros nominais; em termos de juros reais, tirando a inflação, isso aí cairia para 4,5% a 5%, se a inflação ficasse em 4,5%, não é?

Uma outra questão citada por V.Exa., Sr. Ministro, é o exemplo da vida no Japão: o Japão não cresce, então seria uma desgraça viver em um país como esse. Eu gostaria que o Brasil fosse 20% só como o Japão, que é a segunda maior economia do mundo, com uma das melhores qualidades de vida do mundo. Não é verdade? Então, viver no Japão seria um negócio extraordinário, se pudéssemos. Isso mostra pelo menos a competência do Japão, que tem lá um punhado de ilhas, com 380 mil quilômetros quadrados, 125 milhões de japoneses, e nós no Brasil, com esta extensão territorial de 8,5 milhões de quilômetros quadrados, uma população de 188 milhões de brasileiros, apenas um pouco mais do que o Japão, com as riquezas naturais que o Japão não tem — e não temos aqui terremoto, nem maremoto, furacão ou vulcão; o que temos é gerentes incompetentes, essa é a verdade; nós todos, políticos incompetentes, nós todos temos de fazer mea-culpa, porque eles, que não têm nada disso, são a segunda economia do mundo! E nós, que temos tudo isso e temos de conviver com a miséria humana? Miséria humana! É a pior qualidade de ensino do mundo! Do mundo, não; da América Latina. No mundo ainda há uns poucos piores do que no Brasil.

Mas aí vou para um outro item, Sr. Presidente. Vamos deixar os juros do Japão, que não cresce, mas pelo menos o povo vive bem, tem escola, tem garantia de emprego e tal. Quanto ao emprego crescente, Sr. Ministro, eu anotei aqui: V.Exa. mencionou o emprego 8 vezes. Tenho um quadro aqui, a informação é da Fundação Getúlio Vargas e de uma outra companhia; eu não falo em inglês, sou do interior e não conheço bem

essas coisas, mas aqui se informa o seguinte: em 2005, a taxa de desemprego brasileira foi de 9,83%; em 2006 foi de 9,98%; em 2007, no primeiro trimestre, é de 10,1%. Isso é o que tenho aqui, da Fundação Getúlio Vargas, obtido pela nossa assessoria.

Comparado com outros países do mundo — do mundo não, com a Argentina, com o México, com o Chile, com a Venezuela, ou melhor, com a Venezuela não; a Venezuela não está aqui, nesses últimos anos —, temos a maior taxa de desemprego, e é crescente, não é decrescente. Se V.Exa. quer dizer que o Brasil está indo bem porque está diminuindo o desemprego, não é verdade, pelo menos pelos dados da Fundação. De repente V.Exa. tem outra fonte, que não é a nossa, e podemos ter aí diferenças conceituais, de metodologia.

Agora eu quero encerrar, Sr. Ministro, dizendo o seguinte: V.Exa. fez um comparativo, uma analogia com o médico que curou o doente, mas não curou outros problemas — o problema familiar dele, o problema de desemprego. Eu sou médico; então, deixe-me contar-lhe a minha história. Eu acho médico que o médico que V.Exa. arrumou aí foi um infectologista que curou uma infecção do dedão do pé *(risos)*, e com o antibiótico e o antiinflamatório estourou o estômago do cidadão, porque não olhou o todo. Assim é o Banco Central. É um infectologista: foca uma coisa, busca os números, o resultado — se o superávit está caindo, está melhorando —, mas se esquece de que está explodindo o estômago do cidadão. Não tem a visão do todo.

Eu acho que, no caso do Banco Central, quanto ao apelo veemente que eu fiz a V.Exa., patético até, ao dizer que estamos com as artérias abertas, porque estamos sangrando na direção do sistema financeiro, estamos irrigando o sistema financeiro com nosso sangue, com o sangue do povo brasileiro, o que V.Exa. poderia fazer seria atender ao apelo do Presidente Lula: baixe esses juros mais rapidamente, Ministro. V.Exa. já está fazendo o dever de casa, mas está esquecendo o todo às vezes. Baixando os juros mais rapidamente, vai evitar a entrada fácil de dinheiro especulativo baixando o dólar, prejudicando setores, vai diminuir os R$ 165 bilhões de juros das dívidas que temos de pagar este ano — R$ 165 bi de juros, é o que está previsto!

Eu não sei se V.Exa. pode informar, mas fica mais uma pergunta: qual é o custo de manutenção desse superávit de dólares que temos, dessa reserva cambial que temos, de US$ 126 bilhões? Quando custa isso para o Brasil? Qual o custo disso, US$ 20 bi? E mais: quanto perde o Brasil quando esse dólar cai, se se compra a R$ 2,03 e agora já está R$ 1,94? Quanto custa isso para o Brasil?

Então, por quê? Porque estamos com juros muito altos; quem vai pegar dinheiro lá fora, pega no Japão — o Japão foi citado aqui como tendo os juros mais baixos do mundo — e aplica aqui ganhando 12% acima. Aí vem o dólar. Quanto de dólar entrou de forma especulativa no Brasil? Porque se viesse para produzir, ótimo; mas o desgraçado do banqueiro, do investidor, não vem aqui para produzir; vem aqui para especular, na sua grande maioria. Tem entrado dinheiro...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ - Para concluir, quantos bilhões há aqui, no mercado especulativo? Porque dizer que aplicar em bolsa é aplicar no mercado produtivo é conversa. É especular mesmo. Porque não há quarentena alguma, o sujeito compra hoje e vende amanhã, não é? Aquilo lá é uma jogatina desgraçada, e quem paga é o povo brasileiro.

Eram essas as considerações, Sr. Presidente, na réplica, que eu gostaria de fazer, mais uma vez apelando para o Presidente do Banco: baixe mais rapidamente esses juros. Se Lula estivesse aqui estaria pedindo isso a V.Exa. Como Deputado, estaria. Com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - O Presidente vai responder.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES - Deputado, em primeiro lugar, atitudes aparentemente populares, ou aparentemente fáceis, como, por exemplo, o Banco Central manipular taxas de juros para agradar pessoas etc., têm tido resultados desastrosos, inclusive no Brasil. Tivemos a mais alta hiperinflação da história da humanidade, e isso não foi bom para o País. Foi péssimo. Nós tivemos uma década perdida. Não vamos

repetir isso, Deputado. Precisamos ter responsabilidade, cumprir a nossa função, e enquanto estivermos aqui vamos cumprir a nossa função com responsabilidade, está certo? Outra pessoa pode fazer diferente.

Agora, em relação a algumas questões específicas levantadas pelo Deputado, tenho a dizer o seguinte: primeiro, em relação à diferença de taxas entre bancos, o Banco Central divulga exatamente para que o cliente possa escolher aqueles bancos que oferecem a taxa mais baixa. O Banco Central não tem função determinada por lei para tabelar ou intervir na formação de preço, ou para estatizar o sistema de formação de preço no Brasil. Não é assim, não é esse o sistema jurídico e econômico brasileiro. O que podemos fazer — e isto, sim, fazemos — é criar todas as condições para que os clientes possam, repito, escolher a menor taxa. E nisso ainda há um grande trabalho a ser feito, para divulgar cada vez mais.

O fato de o Banco Central estar divulgando essas informações a que se refere o Deputado mostra claramente que ele está cumprindo sua função de divulgar. E o banco que tiver taxa muito elevada certamente não deve ser procurado pelos clientes. Os clientes devem ter condições de procurar os bancos que oferecem as taxas menores. E o Banco Central, como já mencionei, tem tomado toda uma série de medidas para permitir que os clientes tenham condições de procurar as taxas menores.

Em relação a taxas de juros, o Deputado mencionou que a taxa de juro real está 7,5%, mas o Tesouro está pagando uma taxa real mais alta. Não é real isso, Deputado, permita-me o trocadilho. A verdade é a seguinte: o último título de emissão do Tesouro Nacional a taxas reais mais inflação, portanto a uma taxa indexada à inflação, para termos uma visão concreta da questão da taxa real, foi uma emissão de 40 anos, a 5,82% — taxa de juros reais, emissão recente do Tesouro Nacional; portanto, abaixo desse número de 7,5%, que é para prazos mais curtos. A taxa nominal de títulos em real, prefixada, colocada no mercado internacional com inflação dentro, portanto uma taxa prefixada, é um pouco abaixo, ao redor de 9% ao ano, nominal, também de longo prazo. Portanto, o Tesouro Nacional está sendo diretamente beneficiado pela queda da taxa de juros no mercado, inédita na história recente do Brasil, promovida pela aplicação, pelo Banco Central do Brasil, de uma política monetária responsável e bem sucedida, reconhecida no mundo inteiro.

Em relação ao crescimento, gostaria de mencionar o seguinte: nós não podemos ficar mudando de conceito e criticar o Brasil cada hora por um critério diferente. O que quero dizer é o seguinte: por exemplo, existem países que são mais ricos há muito tempo, como o Japão e alguns países europeus, porque cresceram muito no passado, e hoje têm taxas menores de crescimento; existem países que têm uma grande massa de mão-de-obra que está sendo incorporada ao mercado de trabalho, como a China, por exemplo, que está crescendo a taxas muito elevadas; existem países de economias menores, muito dependentes de *commodities* e de exportação, que também estão crescendo a taxas elevadas; e existem países que têm um nível de distribuição de renda muito ruim e que estão piorando essa distribuição de renda.

O que podemos dizer do Brasil? O Brasil está crescendo a taxas cada vez mais elevadas, em comparação com a nossa história recente; essa taxa é o dobro da taxa das últimas décadas; estamos crescendo a taxas cada vez melhores; o Brasil está distribuindo renda de forma importante; todos os indicadores de distribuição de renda no Brasil estão melhorando; e, em conseqüência disso, o nível de riqueza da população está aumentando, e a renda *per capita* brasileira está aumentando. O que não podemos é, se há um país que cresce a taxas muito menores do que o Brasil, mas já tem um padrão de vida maior, porque cresceu no passado, criticarmos, dizendo que esse país é mais rico, e esquecermos que ele cresce pouco; se outro país tem uma renda *per capita* muito menor do que o Brasil, mas cresce a uma taxa muito elevada, esquecermos que a renda é baixa e só olhamos a taxa de crescimento; se outro tem uma péssima distribuição de renda, que está piorando, esquecermos isso para ver apenas a taxa de crescimento.

Deputados, o que temos de fazer é uma análise equilibrada. E o fato concreto é que o Brasil está de fato melhorando extraordinariamente as condições de vida da sua

população: aumento de renda, aumento de emprego, aumento de consumo e aumento de crédito. E, em conseqüência disso tudo, no geral, o padrão de vida da população brasileira está crescendo.

Em relação a determinados dados sobre desemprego, eu tenho projetados aqui os dados oficiais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o chamado IBGE, que é o órgão responsável pelas taxas oficiais divulgadas no Brasil. Portanto, segundo fontes do IBGE, o fato concreto é que, neste momento do ciclo sazonal, no ano, o desemprego no Brasil está no menor patamar dos anos recentes, e com uma tendência decrescente. Portanto, isso embasa a nossa afirmação de que o desemprego no Brasil está tendo uma trajetória positiva, apesar de que, de fato, ainda apresenta números superiores aos de outros países.

Agora, quando falamos em outros países, devemos atentar para várias coisas: primeiro, eles usam metodologias diferentes; segundo, muitos deles já têm taxa de desemprego mais baixa há décadas. Existem vizinhos nossos, por exemplo, que desde a década de 20 já têm uma taxa de desemprego equivalente à de países como os Estados Unidos, por exemplo, e que às vezes até estiveram em muito pior situação nesse período. O importante é que o Brasil está trabalhando para melhorar, está fazendo as coisas certas e os resultados são claros e tangíveis.

Obrigado.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ - Sr. Presidente, quero apenas dizer o seguinte: na verdade, quanto à questão do desemprego, quero concordar com V.Exa., porque a fonte da Fundação Getúlio Vargas é a mesma, o IBGE. É apenas a interpretação do período. Em 2006 a taxa esteve menor, 9,87%, e agora, neste momento, está em 10,1%. É a mesma fonte, o IBGE. Mas concordamos: V.Exa. está falando da sazonalidade, e aí, sim, podem bater os números.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES - Exatamente.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ - É que em nenhum momento, Presidente, eu quis dizer que devemos ser irresponsáveis com a política econômica. Se V.Exa. interpretou dessa forma, não o faça. Na verdade, o que quis dizer é que quero que todos nós sejamos mais responsáveis, para acelerar um pouco, rever a metodologia de queda dos juros, para que possamos ter esse Brasil melhor para todos o mais rapidamente possível, senão se deteriora tudo. V.Exa. está vendo aí explodirem os escândalos nacionais, isso tudo até porque, de repente, o Poder Judiciário não está aparelhado para meter na cadeia quem está roubando. Então, de repente, a impunidade tem estimulado essa criminalidade toda que campeia pelo País.

Então, o que deixar é uma sugestão. Eu não sou economista, sou médico, conheço muito pouco disso, e médico de interior conhece menos ainda, porque está lá, mais distante ainda, apesar de a Internet facilitar um pouquinho, mas quero dizer o seguinte: comparados com os de outros países do mundo, os números que me trazem aqui é que me fazem ter esta veemência toda. É que eu estou inspirado em números do mundo inteiro. Há países com inflação maior que a nossa, mas o juro está muito menor. Nós temos países aqui, e vários deles, por exemplo o México, com inflação de 3,9% em 2007, como está previsto; juro: 2,6%; crescimento do PIB maior que o do Brasil: 4,8%.

Então, eu estou fazendo um parâmetro, eu estou comparando. Se eu posso comparar com outros países similares, como a Rússia, ou a Índia, todos eles com parâmetros melhores... E V.Exa. mesmo disse, muito bem, que o Risco Brasil está caindo cada vez mais. Então, os investidores querem investir mais no Brasil. Podemos praticar no mercado juros menores, para sobrar dinheiro para investimento, Ministro, porque o nosso investimento é muito pequeno. É preciso que sobre dinheiro. Em vez de ir para o banqueiro, que vá para investimento na infra-estrutura nacional, para desenvolvermos o País. Vamos educar nossas crianças, construir escolas, pelo amor de Deus! Não sairemos nunca da miséria se não tivermos a educação do nosso povo.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES - Apenas para terminar esse ponto, senão corremos o risco de ficar repetitivos — vamos repetir os mesmos argumentos sem ir muito longe, não é, Deputado? —, vou apenas mencionar, de novo, que na questão do

desemprego existe um padrão sazonal no Brasil: no final do ano o desemprego cai, porque o número de pessoas que procuram emprego diminui; no início do ano o desemprego, sobe porque a população economicamente ativa sobe, porque as pessoas vão procurar emprego. Portanto, não é correto comparar o desemprego de dezembro com o desemprego de março. Devem-se comparar taxas de desemprego de mesmas épocas nos diversos anos. Se analisarmos esse gráfico, vamos ver que, quanto ao desemprego no Brasil, essa comparação é a correta.

Em relação a sermos mais ou menos responsáveis, quero dizer-lhe que respeito a opinião do Deputado, na sua ansiedade, de que a taxa de juros caia o máximo possível, mas é nossa responsabilidade, com toda a experiência que tem o Banco Central, com toda a análise macroeconômica e as projeções de inflação que a instituição faz, fixar uma taxa de juros adequada para que a inflação continue na meta.

Dito isso, a taxa de juros real no Brasil, e nominal inclusive, está caindo de forma consistente, atendendo, portanto, o desejo de todos os brasileiros de ter taxas de juros caindo. Estamos obtendo um sucesso na política monetária reconhecido hoje no mundo inteiro. De novo: respeitamos essa ansiedade, mas a ansiedade não pode levar-nos a cometer erros que, em última análise, já foram pagos pela população brasileira no passado.

Obrigado.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - V.Exa. tem 3 minutos, agora improrrogáveis.

O SR. DEPUTADO FÁBIO RAMALHO - Insisto no tema “manufaturados seletivos”. Aí constam aumentos dos manufaturados, mas eles são seletivos. A prova é que 1.700 exportadores foram alijados desde 2004 do setor.

Muitos países têm grandes superávits, e não é o superávit comercial que faz com que haja a valorização da sua moeda. E dizer que o Banco Central tem os instrumentos... Volto a dizer o que disse no começo: os países usam sua moeda flutuante, mas sempre de forma administrada, e o Banco Central, pelo próprio fato de comprar moeda — e vem fazendo isso desde que o dólar vem caindo, mas não tem tido êxito para segurar isso, e não vai conseguir, porque está batendo no mercado, que é muito forte; não vai conseguir segurar o mercado, que é mais forte do que o Banco Central —, terá de usar, não de forma irresponsável, porque acho que o Banco Central é muito responsável, mas de forma mais corajosa, algumas ações que fariam com que o dólar não se apreciasse tanto.

Quando tivemos impacto forte com o dólar, no final do Governo Fernando Henrique Cardoso, a SELIC foi para 43%. Eu não posso dizer que seja aquele Presidente do Banco Central que tenha feito isso, e hoje é outro Banco Central. Teve de se tomar uma atitude corajosa e levantar a taxa SELIC a 43%, senão o dólar iria a R$ 5,00. Hoje tem-se que tomar uma atitude mais corajosa e fazer com que o juro caia, para que tenhamos o equilíbrio dessa moeda. Os juros têm de baixar. Continuamos com o compulsório de 53%, como se estivéssemos em período de inflação e de alta demanda.

Quer dizer, há instrumentos, volto a insistir, há forma de os bancos centrais, como em quase todos os lugares do mundo, usarem o câmbio flutuante, mas de forma administrada. Gostaríamos que o Banco Central fosse mais corajoso, para que não tivéssemos uma apreciação tão forte da nossa moeda.

Finalmente, agradeço ao Presidente do Banco Central e a toda sua equipe a presença. V.Exa. veio aqui a convite. Nós até temos a prerrogativa de convocar Ministros e o Presidente do Banco Central, mas fizemos um convite. Eu fui o autor do requerimento. Então, quero agradecer-lhe e a toda a sua equipe a prestatividade de vir aqui, como convidado, e dedicar todo esse seu tempo, que eu sei que é precioso, para tirar as dúvidas que os Deputados têm. E certamente o nosso objetivo é único: contribuir para tenhamos um País mais forte e próspero, para que tudo melhore cada dia mais.

Obrigado.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES - Obrigado, Deputado. Foi de fato uma satisfação muito grande e uma honra, como sempre, estar aqui no Congresso Nacional debatendo os assuntos de interesse da população brasileira e a função do Banco Central.

Eu gostaria, em função disso, de mais uma vez repetir que eu respeito muito, todos nós do Banco Central respeitamos muito as preocupações específicas de setores e de trabalhadores de determinados segmentos que possam estar sendo prejudicados pela evolução da situação econômica, mas de fato temos de fazer uma política que seja boa para o País, para que no longo prazo todos os brasileiros estejam em situação melhor, com o País estando bem, o País como um todo. Portanto, é importante que mantenhamos essa visão, com clareza.

E o fato concreto é que felizmente o Brasil não precisa mais de atitudes heróicas, como colocar taxa de juros acima de 40% ao ano. É bom que o País já esteja vivendo uma situação de normalidade, e que não precisemos de coragem para tomar atitudes dramáticas que têm custos enormes, não é verdade?

Então, temos de ter coragem para fazer a coisa certa, temos de ter coragem para manter a economia brasileira melhorando cada vez mais, e temos de ter coragem para ter a visão como um todo e, portanto, fazer com que o País continue a crescer, de forma que a renda continue a crescer, o salário da população continue a crescer, a situação externa fique equilibrada, a situação interna fique equilibradas, e o País possa continuar crescendo não só agora como no ano que vem, daqui a 10 anos, daqui a 20 anos, daqui a 30 anos. É isso o que tem nos faltado: a continuidade do crescimento. E é preciso coragem para enfrentar os problemas que aparecem nessa trajetória, tomar a melhor medida possível e continuar de fato numa trajetória que, em última análise, é que vai levar o Brasil aonde todos queremos.

Eu gostaria, então — não sei se meu tempo está esgotado...

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Aqui a única coisa que não houve foi obediência ao tempo *(risos)*.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES - Está certo. Mas pelo menos fizemos aqui um grande exercício de democracia, Sr. Presidente. Não é verdade?

Então, eu gostaria de, mais uma vez, agradecer a todos os que se interessaram em ficar aqui até o final conversando conosco, e manifestar mais uma vez o meu respeito à opinião de todos. Houve manifestações enfáticas, e evidentemente as respostas teriam de ser, inclusive por respeito a quem as formulou, também dadas de forma enfática, clara e transparente.

Quero novamente dizer o seguinte: existem problemas no Brasil. O País tem pouco mais de 5 séculos de vida, e muitos desafios à frente; agora, dito isso, é importante enfatizar que não podemos usar isso como justificativa para voltar a fazer coisas erradas. Isto é, aquilo que está dando certo tem de ser mantido, e temos de continuar trabalhando para resolver todos os problemas.

E não é possível resolver todos os problemas também do dia para a noite. É importante, sim, que a direção esteja correta, e que a população brasileira esteja confiante em que os problemas estão sendo paulatinamente resolvidos, o que é interesse de todos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Ao encerrar a reunião, quero agradecer o comparecimento a todos os companheiros da Câmara e do Senado, às Comissões envolvidas nesse processo, e ao Dr. Henrique Meirelles e à sua equipe econômica, pela forma objetiva, clara e democrática como se portaram neste debate/prestação de contas.

Ao mesmo tempo, quero dizer que graças à inteligência, graças ao nível de conhecimento dos membros desta Comissão, pudemos ter um debate esclarecedor e qualificado.

Obrigado a todos.